



SIMULADO FINAL

ISS MANAUS

**Auditor Fiscal de Tributos Municipais
AFTM – Nível I - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **ISS Manaus**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WfyZynoEbzBtz5PP9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/br1tnr>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/47i9gI4>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***Texto (Questões 1 a 4)**

Há décadas se anuncia o fim do livro impresso, e ele resiste. O e-book prometeu substituí-lo, mas o papel continua a ocupar espaço nas estantes e nas mãos dos leitores. Não se trata de nostalgia: estudos indicam que a leitura em papel favorece a compreensão e a memorização, pois o leitor constrói um mapa mental do texto, associando informações à posição física das páginas. Contudo, reduzir a preferência pelo impresso a fatores cognitivos seria simplista. O objeto livro carrega valor afetivo e simbólico — o cheiro das páginas, a possibilidade de emprestar, de presentear, de folhear sem propósito. Por isso, mais do que rivais, os formatos convivem: cada um atende a necessidades distintas, e a escolha entre eles revela menos sobre tecnologia e mais sobre a experiência que o leitor busca.

1. De acordo com o texto, a sobrevivência do livro impresso:

- a) deve-se exclusivamente à nostalgia dos leitores mais antigos.
- b) decorre de fatores cognitivos e afetivos, e os formatos de leitura convivem sem exclusão mútua.
- c) comprova que o e-book fracassou completamente no mercado editorial.
- d) demonstra que a leitura digital prejudica sempre a memorização do leitor.
- e) revela que os leitores rejeitam qualquer tipo de inovação tecnológica.

2. No trecho "Contudo, reduzir a preferência pelo impresso a fatores cognitivos seria simplista", o conectivo "contudo" estabelece relação de:

- a) causa.
- b) conclusão.
- c) oposição.
- d) finalidade.
- e) conformidade.

3. No trecho "os formatos convivem: cada um atende a necessidades distintas", o termo "cada um" retoma:

- a) os estudos sobre a leitura em papel.
- b) os formatos de leitura mencionados no texto.
- c) o valor afetivo e simbólico do objeto livro.
- d) o mapa mental construído pelo leitor.
- e) as páginas do livro impresso.

4. A expressão "folhear sem propósito", no contexto do texto, indica que o leitor:

- a) manuseia o livro sem objetivo definido, movido pelo prazer do contato com o objeto.
- b) lê o livro de forma incompleta, por não compreender seu conteúdo.
- c) descarta o livro após uma primeira leitura rápida e desatenta.
- d) escolhe o livro apenas por indicação de terceiros, sem interesse próprio.
- e) evita a leitura profunda por preferir formatos digitais mais práticos.

5. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão:

- a) Houveram muitos leitores na feira do livro realizada no mês passado.
- b) Fazem dez anos que a biblioteca comunitária foi inaugurada.
- c) Deve haver, nas escolas, mais incentivos à leitura.
- d) Existe, nas grandes cidades, diversas bibliotecas públicas.
- e) Haviam livros raros na coleção doada ao arquivo municipal.

6. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente:

- a) O evento literário começa à partir das 19 horas.
- b) A professora dedicou-se à organizar a feira do livro.
- c) O leitor voltou-se à páginas digitais com facilidade.
- d) Ele estava disposto à tudo pela promoção da leitura.
- e) A bibliotecária entregou o relatório à diretora da instituição.

7. Transpondo a oração "O objeto livro carrega valor afetivo e simbólico" para a voz passiva analítica, obtém-se corretamente:

- a) Valor afetivo e simbólico é carregado pelo objeto livro.
- b) Valor afetivo e simbólico é carrega pelo objeto livro.
- c) Valor afetivo e simbólico foi carregado pelo objeto livro.
- d) Valor afetivo e simbólico carrega o objeto livro.
- e) Valor afetivo e simbólico é carregado ao objeto livro.

8. Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com a norma-padrão:

- a) O livro impresso, resiste, apesar das previsões de fim.
- b) O livro impresso resiste, apesar das previsões de fim.
- c) O livro impresso resiste apesar, das previsões de fim.
- d) O livro impresso resiste, apesar das previsões, de fim.
- e) O livro impresso, resiste apesar das previsões de fim.

9. No trecho "Não se trata de nostalgia", o "se" classifica-se como:

- a) partícula apassivadora, transformando "trata" em voz passiva.
- b) índice de indeterminação do sujeito do verbo "trata".
- c) partícula integrante do verbo pronominal "tratar-se de".
- d) pronome reflexivo, indicando que o sujeito pratica e sofre a ação.
- e) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva.

10. No trecho "Há décadas se anuncia o fim do livro impresso, e ele resiste", o verbo "resiste" pode ser substituído, mantendo-se o sentido original, por:

- a) perdura.
- b) cede.
- c) desaparece.
- d) oscila.
- e) declina.

INGLÊS INSTRUMENTAL

Andrea Belo

AI killing jobs for college grads? Not yet, new study says.

A new working paper from two UCLA professors is among the first attempts to examine the impact of AI on the graduating class of 2026. Amid fears that artificial intelligence will devastate entry-level hiring, there has yet to be an AI-powered spike in unemployment for recent college graduates, according to a new working paper by two professors at the University of California at Los Angeles.

Over June, July and August, the unemployment rate for college graduates age 22 to 25 was 7.3 percent — higher than the same period last year but within the normal range of variation, the paper said. Unemployment rates for college graduates tend to spike in June and then dip over the course of the summer.

The authors did not find statistically significant evidence that unemployment rates for recent college graduates rose for jobs supposedly vulnerable to AI, like customer service workers and computer programmers. An expanded metric they called “sidelined unemployment” — young graduates who want jobs but may not be actively looking — also did not see statistically significant effects.

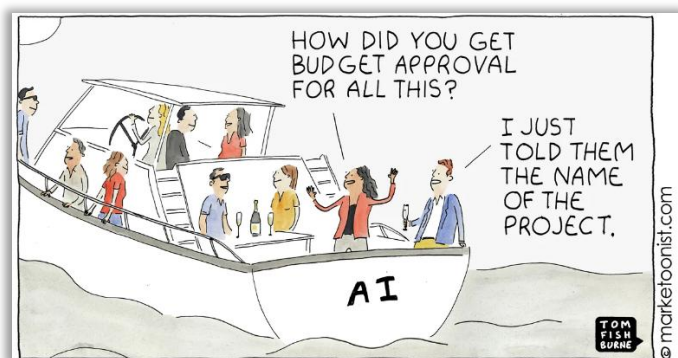
The Washington Post. September 2026. Adaptado.

11. Segundo o texto, a conclusão do estudo é de que

- a) a IA já provoca desemprego entre recém-formados, ainda que dentro do esperado.
- b) o desemprego de recém-formados caiu, apesar do avanço da IA.
- c) a IA não afetará o emprego de recém-formados, segundo os autores.
- d) os dados ainda não indicam alta de desemprego de recém-formados associável à IA.
- e) o estudo é inconclusivo, pois os dados cobrem apenas três meses

12. De acordo com o texto, a taxa de desemprego de 7,3% entre os recém-formados

- a) é inferior à que se registraria sem a influência da IA.
- b) está acima da do ano anterior, sem que isso indique anomalia segundo o estudo.
- c) é a média anual dos jovens de 22 a 25 anos.
- d) é maior nas ocupações de atendimento ao cliente e de programação.
- e) inclui quem deseja trabalhar, mas não procura emprego ativamente



Navigating AI Hype. Marketoonist. April 2, 2023.

13. Considerando a relação entre o texto verbal e a imagem, o cartoon critica

- a) a dificuldade das empresas em obter verba para projetos de tecnologia.

- b) o uso da IA para cortar custos e gerar lucro para os executivos.

- c) o sucesso de projetos de IA que consomem recursos sem entregar resultados.

- d) a pressão sobre as equipes para que adotem a IA em todos os projetos.

- e) a facilidade com que o rótulo "IA" garante verba a um projeto, seja qual for o seu mérito

Cybercriminals are increasingly using artificial intelligence to target people. OpenAI and Anthropic revealed that their AI agents accessed the internet during testing and hacked into other companies' systems. Although customer-facing data wasn't breached, the incidents raised fresh concerns over cybersecurity.

AI is growing more accessible, inexpensive and effective for pulling off attacks. Here's what experts suggest to protect against cyber scams.

A deepfake can replicate faces or voices as well as videos or images depicting events that never happened. Face filters can be advanced, but images may break if a scammer turns their head or is asked to stand and spin around. He recommended asking potential scammers to move on camera if possible. It's going to be difficult for the filter to maintain 100% of a veil.

AI-trained voices may be used for distress scams, such as posing as a loved one asking for money or creating real-time pressure. Our own human abilities to detect issues are ill-fitting, so they often fall behind the sophistication of the tech. Just a few seconds of audio can be used to create as much as an 85% voice match using AI. And people accurately decipher an automated voice just 60% of the time. If you're unsure whether a caller is authentic, hang up and call back on a different number or one that is associated with an institution, like a bank.

Gaining access to your password is more complicated than using AI to decrypt your account details, experts say. AI makes guessing "more efficient" because it detects patterns from leaked passwords. AI can also use someone's information to come up with more personalized password guesses. To protect themselves, people can turn on multifactor authentication and use passwords with at least 12 characters.

Some scammers attempt to trick people using phony authentication methods. For instance, CAPTCHA

verifications have prompts to check a box or verify images. A fake version will ask users to type a command, download software or change security settings. Scammers may also convince users to authorize malicious apps that provide access to emails, contacts, files or other data.

While AI detection software has been recommended for spotting scams, experts warn they're not always foolproof. We've got to defend ourselves in simple ways and be more cognizant of the digital footprint that we're leaving.

CNN. August 2026. Adaptado.

14. De acordo com o texto, seu propósito comunicativo central é:

- a) comprovar que a Inteligência Artificial tornou os sistemas de segurança digital atuais completamente obsoletos e ineficazes.
- b) apresentar riscos de golpes potencializados por Inteligência Artificial e orientar formas práticas de proteção contra eles.
- c) narrar, cronologicamente, um ataque cibernético específico sofrido pela OpenAI e pela Anthropic durante testes internos.
- d) defender a substituição de senhas tradicionais por sistemas de autenticação biométrica como única solução eficaz.
- e) criticar a atuação de empresas de tecnologia por não investirem o suficiente em softwares de detecção de golpes

15. Um sinônimo para "cognizant" no último parágrafo do texto, é

- a) Circumspect
- b) Acquiescent
- c) Wary
- d) Apprehensive
- e) Aware

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

16. Durante um mutirão de análise de processos administrativos fiscais, os auditores fiscais Rosa, Sílvio, Tânia, Ulisses e Vera analisaram, cada um, uma quantidade diferente de processos. Ao final do mutirão, cada um deles fez uma afirmação:

- Rosa: Vera foi quem analisou mais processos.
- Sílvio: Tânia foi quem analisou mais processos.
- Tânia: Ulisses foi quem analisou menos processos.
- Ulisses: Vera analisou mais processos do que Sílvio.
- Vera: eu não fui quem analisou mais processos.

Sabe-se que mentiram exatamente os auditores que analisaram mais processos do que Tânia, e que os demais falaram a verdade.

Nessas condições, os auditores que analisaram a maior e a menor quantidade de processos foram, respectivamente,

- a) Sílvio e Ulisses.
- b) Vera e Rosa.
- c) Tânia e Ulisses.
- d) Vera e Ulisses.
- e) Rosa e Ulisses.

17. Os termos da sequência ilimitada a seguir obedecem a um padrão lógico.

4, 95, 2, 11, 92, 6, 18, 89, 10, 25, 86, 14, ...

Sabe-se que o número 2.026 é um dos termos dessa sequência. O termo que vem imediatamente depois do número 2.026 nessa sequência é igual a

- a) 3.560
- b) 3.553
- c) -1.423
- d) 3.546
- e) 2.030

18. Em certo município, o ISS devido mensalmente por uma empresa tem vencimento no dia 10 de cada mês. Quando o dia 10 cai em um sábado ou em um domingo, o vencimento é transferido para a segunda-feira imediatamente seguinte; nos demais casos, o vencimento ocorre no próprio dia 10. Sabe-se que o dia 1º de janeiro de 2027 será uma sexta-feira.

Em 2027, o número de meses em que o vencimento do ISS dessa empresa ocorrerá em uma segunda-feira é

- a) 4
- b) 6
- c) 1
- d) 3
- e) 5

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

19. Em 10 de fevereiro de certo ano, uma empresa contraiu, em um banco, um empréstimo de R\$ 50.000,00 a juros simples, à taxa de 2,5% ao mês, para quitação integral em 10 de janeiro do ano seguinte. Decorridos alguns meses, obteve em uma cooperativa de crédito R\$ 60.000,00, também a juros simples, à taxa de 15% ao ano e com vencimento na mesma data final, e usou parte desse valor para quitar, no mesmo dia, a dívida com o banco. Se a empresa pagou, no total, R\$ 11.250,00 de juros às duas instituições, o número de meses em que ela permaneceu devedora da cooperativa foi

- a) 6 meses
- b) 7 meses e meio
- c) 5 meses
- d) 4 meses
- e) 7 meses

20. Um título com vencimento para daqui a 1 ano será descontado hoje, à taxa de desconto de 10% ao semestre. Pelo critério do desconto racional composto, o valor do desconto será R\$ 500,00 maior do que o obtido pelo critério do desconto racional simples, à mesma taxa. Adotando-se o critério do desconto comercial composto, também à taxa de 10% ao semestre, o valor atual desse título será de

- a) R\$ 60.000,00
- b) R\$ 58.806,00
- c) R\$ 57.354,00
- d) R\$ 60.500,00
- e) R\$ 58.080,00

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

21. Em uma auditoria interna, foram examinados os tempos, em minutos, gastos na análise de oito processos tributários. Os valores observados foram:

2, 4, 4, 6, 6, 8, 8, 10

Considerando que esses oito processos constituem a totalidade da população de interesse, a variância populacional, o desvio-padrão populacional e a amplitude total dos tempos são, respectivamente,

- a) (6; 6; 8).
- b) (8; $2\sqrt{2}$; 8).
- c) (6; $\sqrt{8}$; 10).
- d) (6; $\sqrt{6}$; 8).
- e) (8; $\sqrt{8}$; 8).

22. Uma equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças será formada por três auditores escolhidos entre oito servidores disponíveis. Os integrantes exercerão, respectivamente, as funções de coordenador, relator e auditor de apoio. Cada servidor poderá ocupar apenas uma função, e não há restrições quanto à composição da equipe. Duas designações serão consideradas distintas sempre que houver alteração de pelo menos um dos ocupantes dos cargos.

O número de designações distintas que podem ser realizadas é

- a) 336.
- b) 256.
- c) 168.
- d) 56.
- e) 24.

23. Em determinado setor de fiscalização tributária, o número de inconsistências identificadas por hora segue uma distribuição de Poisson com média de uma inconsistência por hora. Considere que X representa o número de inconsistências identificadas em uma hora escolhida aleatoriamente.

A probabilidade de serem identificadas exatamente duas inconsistências nessa hora é, aproximadamente,

Dado: ($e^{-1} \approx 0,37$).

- a) 0,074.
- b) 0,135.
- c) 0,270.
- d) 0,368.
- e) 0,185.

24. Uma amostra aleatória simples de 100 contribuintes apresentou tempo médio de atendimento de 50 minutos. Sabe-se que o desvio-padrão populacional dos tempos de atendimento é de 10 minutos e que a população pode ser considerada normalmente distribuída.

Deseja-se construir um intervalo de confiança bilateral de 95% para a média populacional. Para simplificar os cálculos, utilize o valor crítico $z = 2$.

O intervalo de confiança obtido é

- a) [49; 51].
- b) [48; 52].
- c) [40; 60].
- d) [49; 50].
- e) [47; 53].

25. Um auditor fiscal pretende estimar a quantidade diária de declarações tributárias analisadas Y em função do número de horas dedicadas à análise X , utilizando uma regressão linear simples estimada pelo método dos mínimos quadrados.

A partir de cinco observações, foram obtidos os seguintes resultados:

$$\bar{x} = 3, \quad \bar{y} = 10$$

$$\sum_{i=1}^5 (x_i - \bar{x})^2 = 10$$

$$\sum_{i=1}^5 (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 20$$

A equação estimada da reta de regressão de Y em função de X é

- a) $\hat{Y} = 2 + 4X$.
- b) $\hat{Y} = 10 + 2X$.
- c) $\hat{Y} = 4 + 2X$.
- d) $\hat{Y} = 4 + 3X$.
- e) $\hat{Y} = 2 + 3X$.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

26. A respeito das organizações sociais e dos contratos de gestão, nos termos da Lei nº 9.637/1998 e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 1.923/DF, é correto afirmar:

- a) a organização social é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, integrante do setor estatal.
- b) a qualificação da entidade como organização social depende de prévio procedimento licitatório, dada a intenção de celebração de contrato de gestão.
- c) a celebração do contrato de gestão prescinde de qualquer critério de seleção, caracterizando-se como *ad nutum* e imotivado.
- d) a celebração do contrato de gestão deve observar procedimento seletivo objetivo, público e impessoal, com observância dos princípios do art. 37 da Constituição Federal.
- e) as organizações sociais submetem-se diretamente à Lei nº 14.133/2021 nas contratações que realizarem com recursos públicos repassados.

27. A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) a motivação, enquanto parte da forma do ato, é expressamente exigível apenas nos atos vinculados, em razão da liberdade de escolha atinente aos atos discricionários.
- b) pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato vincula-se aos motivos expostos como seu fundamento, de modo que, sendo estes inexistentes ou falsos, o ato é inválido, mesmo nos casos em que a lei não exija sua enunciação.
- c) a revogação produz efeitos não prospectivos, desfazendo o ato administrativo desde seu nascedouro.
- d) a anulação do ato que padece de vício insanável constitui faculdade da Administração, que pode optar por mantê-lo em vigor por razões de conveniência.

e) o controle jurisdicional sobre ato administrativo discricionário é medida excepcional, somente podendo ocorrer nas hipóteses expressamente listadas na legislação.

28. A respeito do regime jurídico dos bens públicos e dos instrumentos de sua utilização por terceiros, é correto afirmar:

- a) a autorização de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, editado no interesse predominantemente privado do particular, ao passo que a concessão de uso é contrato administrativo, característica que confere maior estabilidade ao uso deferido.
- b) a permissão de uso é contrato administrativo celebrado por prazo determinado, insuscetível de revogação pela Administração.
- c) a concessão de direito real de uso é ato administrativo unilateral e precário, revogável a qualquer tempo.
- d) a cessão de uso é instrumento privativo das relações entre a Administração Pública e os particulares.
- e) os bens de uso comum do povo podem ser alienados.

29. A respeito da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar:

- a) a responsabilização da pessoa jurídica depende da comprovação de culpa ou dolo de seus dirigentes ou administradores.
- b) a existência de programa de integridade é circunstância que influi significativamente na dosimetria da pena, podendo chegar a excluir a responsabilidade da pessoa jurídica pelo ato lesivo praticado.
- c) as pessoas jurídicas respondem objetivamente, nas esferas administrativa e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, seja exclusivo ou não. Além disso, a celebração de acordo de leniência nunca as eximirá da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- d) a multa administrativa é fixada entre 1% (um por cento) e 30% (trinta por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.
- e) a celebração de acordo de leniência pode isentar a pessoa jurídica do pagamento da multa administrativa.

30. Ravi, servidor comissionado de determinado município brasileiro, foi recentemente designado para atuar na condição de fiscal de contrato. Acerca da função por ele exercida, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em caso de dúvida, o fiscal do contrato poderá buscar auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- b) O fiscal do contrato é servidor público que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- c) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato,

representantes da Administração necessariamente designados entre servidores efetivos, razão pela qual Ravi deve declinar de sua designação.

- d) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato nas interações com Ravi.
- e) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Uma lei municipal é apontada como violadora de direito fundamental assegurado pela CF/1988. Um legitimado pretende questioná-la diretamente perante o STF. Nesse caso,

- a) cabe ADPF para reparar lesão a preceito fundamental decorrente da lei municipal, desde que inexista outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- b) cabe ADI contra a lei municipal, pois a competência do STF para proteger a Constituição abrange normas editadas por todos os entes federativos.
- c) cabe ADC para verificar a validade da lei municipal, pois essa ação permite examinar normas de qualquer ente federativo.
- d) cabe ADPF para discutir qualquer incompatibilidade da lei municipal com a Constituição, dispensada a demonstração de lesão a preceito fundamental.
- e) cabe ADI contra a lei municipal após o esgotamento das instâncias estaduais, quando a controvérsia envolver direito fundamental assegurado pela Constituição Federal.

32. Quanto à repartição constitucional de competências legislativas em matéria tributária, é correto afirmar que

- a) a União possui competência privativa para legislar sobre direito tributário, podendo delegá-la aos Estados mediante lei complementar.
- b) os Estados somente podem legislar sobre direito tributário na ausência de lei federal, ficando impedidos de suplementar normas gerais existentes.
- c) os Municípios integram expressamente a competência legislativa concorrente do art. 24 da CF/1988, em igualdade de condições com os Estados.
- d) os Municípios podem suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, observados o interesse local e os limites constitucionais.
- e) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga integralmente a lei estadual editada no exercício da competência legislativa plena, mesmo nas disposições compatíveis.

33. Sobre a reforma da Constituição, é correto afirmar que

- a) a apresentação de proposta de emenda exige iniciativa do Presidente da República ou da maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.
- b) a aprovação de proposta de emenda exige dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com maioria absoluta dos respectivos membros.
- c) a matéria de proposta de emenda rejeitada ou considerada prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) a emenda aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional será encaminhada ao Presidente da República, para sanção ou veto e posterior promulgação.
- e) a Constituição pode ser emendada durante intervenção federal, desde que a proposta não altere a organização federativa nem as competências do ente submetido à intervenção.

34. Quanto à atuação do Estado na ordem econômica, a CF/1988 estabelece que

- a) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre, bastando autorização legislativa para a criação da empresa estatal.
- b) o planejamento econômico estatal é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, nos termos da lei.
- c) as empresas estatais que exploram atividade econômica podem receber privilégios fiscais exclusivos, desde que destinados ao cumprimento de sua função social.
- d) o exercício de qualquer atividade econômica depende de autorização prévia dos órgãos públicos, ressalvadas as atividades expressamente dispensadas por lei federal.
- e) a fiscalização estatal da atividade econômica restringe-se às empresas públicas e sociedades de economia mista, pois a livre iniciativa impede sua incidência sobre empresas privadas.

35. Durante fiscalização tributária, um auditor pretende ingressar em escritório profissional não aberto ao público, sem consentimento do responsável. Não há flagrante delito, desastre ou necessidade de prestar socorro. Nessa situação,

- a) o ingresso é permitido mediante ordem administrativa, pois os poderes de fiscalização tributária prevalecem sobre a proteção constitucional do local.
- b) a proteção constitucional não alcança o escritório profissional, porque a inviolabilidade domiciliar se restringe aos imóveis utilizados como residência.
- c) o ingresso depende de ordem judicial, que poderá ser cumprida durante o dia ou à noite, conforme a conveniência da fiscalização.
- d) a recusa do responsável autoriza o ingresso forçado, desde que o auditor esteja acompanhado de policiais e registre a diligência em relatório fundamentado.
- e) o ingresso depende de determinação judicial e deve ocorrer durante o dia, pois o escritório está abrangido pela inviolabilidade domiciliar.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

36. A respeito das obrigações solidárias, considere as assertivas a seguir:

- I. Se a prestação se tornar impossível por culpa de um dos devedores solidários, todos permanecerão responsáveis pelo equivalente, mas somente o culpado responderá pelas perdas e danos.
- II. O devedor demandado poderá opor ao credor as defesas pessoais pertencentes aos demais devedores, desde que relacionadas à mesma obrigação.
- III. A renúncia do credor à solidariedade em favor de um dos devedores não afasta sua participação no rateio da quota de outro codevedor que se torne insolvente.
- IV. Os juros de mora serão exigíveis exclusivamente do devedor que tiver dado causa ao atraso, ainda que a solidariedade tenha sido expressamente convencionada.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

37. De acordo com o Código Civil, as pessoas jurídicas de direito privado

- a) adquirem personalidade com a assinatura do ato constitutivo, ficando o registro destinado à publicidade e à eficácia perante terceiros.
- b) sujeitam-se à desconsideração por desvio de finalidade quando simplesmente modificam a atividade econômica originalmente desenvolvida, ainda que não haja propósito de lesar credores nem prática de atos ilícitos.
- c) submetem suas decisões administrativas coletivas à unanimidade dos presentes, quando o ato constitutivo não estabelecer outro critério.
- d) deixam de existir imediatamente com a dissolução, passando seus administradores a atuar em nome próprio durante a liquidação.
- e) podem sofrer desconsideração para responder por obrigações de seus sócios, desde que configurado abuso da personalidade jurídica.

38. De acordo com o Código Civil, em matéria de prescrição e decadência,

- a) a renúncia à prescrição pode ocorrer antes de consumado o prazo, desde que seja expressa e não prejudique terceiros.
- b) a suspensão da prescrição em favor de um credor solidário beneficia os demais quando a obrigação é indivisível.
- c) a decadência convencional pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, desde que assegurada às partes oportunidade prévia de manifestação.
- d) a prescrição iniciada contra o autor da herança recomeça integralmente para seus sucessores, a partir da abertura da sucessão.
- e) os prazos prescricionais podem ser ampliados por acordo entre pessoas capazes, sendo vedada apenas sua redução, mesmo que expressamente convencionada.

39. De acordo com o Código Civil, quanto à garantia contra a evicção,

- a) a cláusula expressa de exclusão da garantia afasta a restituição do preço, ainda que o adquirente desconhecesse o risco de perda da coisa ao contratar.
- b) a perda parcial da coisa autoriza o adquirente a optar pelo desfazimento do contrato, independentemente da extensão do desfalque, ou pela restituição proporcional do preço.
- c) as benfeitorias necessárias ou úteis devem ser indenizadas pelo alienante, mesmo quando o adquirente já tiver recebido do terceiro vencedor o valor correspondente a elas.
- d) a deterioração da coisa não afasta a responsabilidade do alienante, salvo se decorrer de conduta dolosa do adquirente.
- e) o valor da coisa na data da contratação constitui a base da restituição, cabendo ao adquirente suportar eventual valorização ocorrida até a perda do bem.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

40. Sobre a qualificação e o tipo das sociedades, o Código Civil estabelece que

- a) a cooperativa é sempre empresária, e a sociedade por ações, sempre simples.
- b) a sociedade por ações é empresária independentemente de seu objeto, e a cooperativa é simples.
- c) a sociedade simples deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092.
- d) a sociedade empresária que não adotar um dos tipos legais subordina-se às normas que lhe são próprias.
- e) a sociedade em conta de participação deve adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092.

41. Alienado o estabelecimento, nos termos do Código Civil,

- a) o contrato produz efeitos quanto a terceiros desde a assinatura, dispensadas averbação e publicação.
- b) a eficácia da alienação independe do consentimento dos credores, ainda que ao alienante não restem bens suficientes para solver o passivo.
- c) o alienante pode fazer concorrência ao adquirente, salvo cláusula expressa em contrário.
- d) a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento alcança também os de caráter pessoal.
- e) o adquirente responde pelos débitos anteriores regularmente contabilizados, continuando o alienante solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.

42. Na sociedade limitada unipessoal,

- a) o sócio único responde ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- b) a administração compete necessariamente ao próprio sócio único.
- c) aplicam-se ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.
- d) é admitida a contribuição do sócio que consista em prestação de serviços.
- e) a sociedade se dissolve de pleno direito se a pluralidade de sócios não for recomposta em cento e oitenta dias.

43. Quanto ao aval, o Código Civil dispõe que

- a) é admitido o aval parcial.
- b) o aval deve ser dado necessariamente no verso do título.
- c) o avalista, na falta de indicação, equipara-se ao endossante imediato.
- d) subsiste a responsabilidade do avalista ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, salvo se a nulidade decorrer de vício de forma.
- e) o aval posterior ao vencimento não produz efeito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Giulian Salvador*

44. À luz das regras de competência territorial previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação de alimentos deve ser proposta no foro do domicílio do alimentante, por ser este o réu da demanda.
- b) Na ação em que seja ré pessoa jurídica, será competente exclusivamente o foro do domicílio do representante legal da entidade.
- c) A ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício por serventia notarial ou de registro deve ser proposta no foro do domicílio do autor.
- d) A ação de reparação de dano sofrido em razão de acidente de veículo poderá ser proposta no foro do domicílio do autor ou no local do fato.
- e) Para a ação em que se exija o cumprimento de obrigação, será competente o foro da sede da pessoa jurídica ré, ainda que a obrigação deva ser satisfeita em local diverso.

45. À luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A violação de qualquer dos deveres previstos no art. 77 do CPC constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sujeitando o responsável à multa de até 20% do valor da causa.
- b) A multa por ato atentatório à dignidade da justiça incide também sobre advogados públicos e privados, membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar.
- c) A violação do dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais e do dever de não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso pode configurar ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa por ato atentatório à dignidade da justiça poderá ser fixada em até vinte vezes o salário-mínimo.

e) Reconhecida a inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso, o juiz poderá apenas aplicar multa, sendo vedado determinar o restabelecimento do estado anterior.

46. Considerando a disciplina da Lei nº 12.016/2009 sobre o mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

- a) O ingresso de litisconsorte ativo é admitido até a sentença, desde que não implique alteração do pedido.
- b) Concedida a segurança, a sentença somente ficará sujeita ao duplo grau obrigatório se houver condenação pecuniária contra a Fazenda Pública.
- c) Da decisão do presidente do tribunal que suspender a execução de liminar ou de sentença caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 10 dias.
- d) A sentença que conceder mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nas hipóteses em que for vedada a concessão da medida liminar.
- e) O representante do Ministério Público dispõe de prazo prorrogável de 10 dias para emitir parecer, após o qual o juiz deverá decidir em 15 dias.

47. Determinado contribuinte, após recolher tributo que reputava indevido, formulou pedido administrativo de restituição, o qual foi definitivamente negado pela Administração Tributária. Em outra situação, pretende ajuizar ação para desconstituir lançamento tributário já realizado pelo Fisco. Considerando a disciplina das ações tributárias, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação anulatória somente pode ser ajuizada antes da constituição definitiva do crédito tributário, pois, após o lançamento, a via adequada será exclusivamente a repetição de indébito.
- b) A ação destinada a anular a decisão administrativa que denegar a restituição deve ser proposta no prazo de cinco anos, contado da ciência da decisão definitiva.
- c) A ação anulatória de débito fiscal tem por finalidade desconstituir crédito tributário já constituído, e o direito de anular a decisão administrativa que denegar a restituição extingue-se em dois anos.
- d) O ajuizamento da ação anulatória de débito fiscal pressupõe necessariamente o depósito integral e prévio do débito como condição de acesso ao Poder Judiciário.
- e) Efetuado o pagamento do crédito tributário, fica inviabilizada qualquer pretensão judicial do contribuinte, pois a extinção do crédito impede a posterior discussão acerca da legalidade da exigência.

48. À luz das regras do Código de Processo Civil sobre litisconsórcio e intervenção de terceiros, assinale a afirmativa correta.

- a) O requerimento de limitação do litisconsórcio facultativo suspende o prazo para manifestação ou resposta, que retomará sua contagem pelo saldo remanescente após a intimação da decisão.
- b) No litisconsórcio unitário, os atos e as omissões de um litisconsorte podem prejudicar os demais, mas não beneficiá-los.
- c) A assistência simples impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido ou transija sobre direitos controvertidos sem anuência do assistente.

d) Admite-se apenas uma denúncia sucessiva da lide, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia, hipótese em que eventual direito de regresso deverá ser exercido por ação autônoma.

e) No chamamento ao processo, a citação dos chamados deverá ser promovida no prazo de 15 dias, ampliado para 30 dias quando residirem em outra comarca.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

49. Mário, Auditor Fiscal de Tributos Municipais, ajustou com um grande empresário local o recebimento de uma propina mensal de R\$ 10.000,00 para omitir irregularidades fiscais da empresa. Mário recebeu os pagamentos indevidos mensalmente de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. Suponha que, em janeiro de 2023, entrou em vigor uma nova lei penal que aumentou a pena base do crime de corrupção passiva. Considerando as regras de aplicação da lei penal e a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que Mário:

- a) Será julgado pela lei anterior, mais benéfica, em respeito ao princípio constitucional da irretroatividade da lei penal mais gravosa (*novatio legis in pejus*).
- b) Será julgado pela lei nova, mais gravosa, pois a nova legislação entrou em vigor durante a consumação do crime continuado.
- c) Terá as penas calculadas separadamente: os atos praticados em 2022 serão regidos pela lei antiga, e os atos de 2023 pela lei nova, aplicando-se o concurso material.
- d) Será julgado pela lei nova apenas se houver expressa concordância da defesa, aplicando-se o princípio da consunção.
- e) Será julgado pela lei em vigor no momento da primeira conduta (janeiro de 2022), adotando-se de forma absoluta a Teoria da Atividade.

50. João, servidor público municipal, ao final de seu expediente na repartição, guarda em sua mochila um notebook idêntico ao seu, acreditando piamente tratar-se de seu equipamento pessoal. Ao chegar em casa, percebe que o notebook possui a etiqueta de patrimônio da Prefeitura, tratando-se, na verdade, de um bem público. Ficou comprovado que o erro de João foi plenamente escusável (inevitável), dada a absoluta semelhança dos aparelhos e o fato de estarem na mesma mesa. À luz da Teoria do Crime adotada pelo Código Penal brasileiro, a conduta de João:

- a) Configura o crime de peculato culposo, pois, sendo funcionário público, deveria ter tido maior dever de cuidado ao subtrair o bem.
- b) Configura erro de proibição inevitável, o que isenta o agente de pena por afastar a potencial consciência da ilicitude.
- c) É atípica, pois o erro de tipo essencial inevitável exclui o dolo e a culpa, não havendo crime a ser punido.
- d) Configura o crime de furto simples, com causa de diminuição de pena em razão do erro sobre o objeto.
- e) É atípica em relação ao dolo, mas João responderá por peculato apropriação na modalidade tentada.

51. Durante uma fiscalização de rotina em um estabelecimento comercial em Manaus, um Auditor Fiscal de Tributos Municipais, no estrito exercício de suas funções, constata a sonegação de ISS e informa que lavrará o auto de infração. Inconformado, o proprietário do estabelecimento passa a proferir xingamentos e ofensas graves contra o Auditor, menosprezando sua função pública (crime de desacato) e, em seguida, o empurra violentamente, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. Na delegacia, o Auditor Fiscal, após receber um pedido formal de desculpas do agressor, decide expressamente renunciar ao direito de representação criminal pelas lesões sofridas. Considerando as regras de Ação Penal e os Crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal, o Ministério Público:

- a) não poderá oferecer denúncia por nenhum dos delitos, pois a renúncia à representação pela lesão corporal estende-se ao crime de desacato, em virtude do princípio da indivisibilidade da ação penal.
- b) somente poderá atuar se o Auditor Fiscal ofendido ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, pois o perdão concedido na esfera policial paralisa a atuação de ofício do órgão acusador.
- c) deverá oferecer denúncia por ambos os crimes, pois a lesão corporal praticada contra funcionário público no exercício da função torna a ação penal pública incondicionada, afastando a necessidade de representação.
- d) dependerá de requisição do Chefe do Poder Executivo Municipal para processar o agressor pelo crime de desacato, uma vez que o sujeito passivo principal é a Administração Pública.
- e) deverá oferecer denúncia apenas pelo crime de desacato, que é de ação penal pública incondicionada, extinguindo-se a punibilidade quanto ao crime de lesão corporal leve pela ausência de representação.

52. Um contribuinte, com o intuito exclusivo de obter um empréstimo vantajoso em uma instituição financeira privada, falsifica materialmente uma Certidão Negativa de Débitos (CND) da Prefeitura de Manaus. Após apresentar o documento falso ao banco, o contribuinte consegue o empréstimo, causando prejuízo financeiro à instituição. A perícia técnica comprovou que a falsificação era grosseira para os padrões fiscais, mas suficiente para enganar o funcionário do banco, e que o documento não possuía qualquer outra potencialidade lesiva além daquela fraude específica. De acordo com o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o contribuinte responderá por:

- a) Falsificação de documento público e estelionato, em concurso material de crimes.
- b) Falsificação de documento público, apenas, pois este crime possui pena mais grave e absorve o estelionato.
- c) Estelionato, apenas, pois a falsidade documental, quando se exaure no crime de estelionato sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvida.
- d) Uso de documento falso, apenas, que absorve tanto a falsificação prévia quanto o estelionato subsequente.
- e) Falsidade ideológica, pois o conteúdo do documento não correspondia à verdade dos fatos, em concurso formal com o estelionato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

53. Em operação de fiscalização realizada em uma empresa prestadora de serviços de Manaus, o auditor fiscal de tributos municipais Carlos foi abordado por Roberto, sócio da empresa, que lhe ofereceu R\$ 20.000,00 para que deixasse de lavrar o auto de infração decorrente da falta de recolhimento do ISS. Carlos recusou a oferta, lavrou o auto de infração e, em seguida, comunicou o fato por escrito ao delegado de polícia, narrando as circunstâncias e indicando Roberto como autor. Verificada a procedência das informações, a autoridade policial instaurou inquérito policial para apurar o crime de corrupção ativa.

Considerando as regras do CPP aplicáveis ao inquérito policial, é correto afirmar que

- a) a instauração do inquérito dependia de representação de Carlos, por se tratar de crime de ação penal pública condicionada.
- b) se concluir que o fato é atípico, o delegado de polícia poderá determinar o arquivamento do inquérito, desde que o faça por decisão fundamentada.
- c) se o Ministério Público entender necessário, só poderá requerer a devolução dos autos à autoridade policial para a realização de novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) se Roberto, na condição de investigado, requerer a realização de uma diligência, a autoridade policial estará obrigada a realizá-la.
- e) caso Roberto tivesse sido preso em flagrante, o inquérito deveria terminar no prazo de 30 dias, contado da data da prisão.

54. Durante uma reunião com outros empresários do setor de serviços, Roberto, sócio de empresa autuada pela fiscalização municipal, afirmou em voz alta, na presença de várias pessoas, que o auditor fiscal de tributos municipais Carlos recebia dinheiro de contribuintes para reduzir autuações, fato que Roberto sabia ser falso. A afirmação referia-se à atuação funcional de Carlos. Carlos tomou conhecimento de que Roberto era o autor da afirmação no mesmo dia.

Nessa situação, o crime praticado por Roberto é de calúnia, majorado em razão da condição funcional da vítima, e a respectiva ação penal:

- a) será pública incondicionada, pois o crime foi praticado contra funcionário público em razão de suas funções, podendo o Ministério Público oferecer denúncia independentemente da vontade de Carlos.
- b) será exclusivamente privada, de modo que somente Carlos poderá ajuizar queixa, sendo vedada a atuação do Ministério Público.
- c) será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça, em razão da qualidade de agente público do ofendido.
- d) será pública condicionada à representação de Carlos, cujo prazo decadencial de seis meses é contado do dia do fato, ainda que a autoria ainda não seja conhecida.
- e) poderá ser pública condicionada ou privada, sendo concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, por se tratar de ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

55. Ao deixar o expediente, o auditor fiscal de tributos municipais Carlos constatou que seu automóvel particular, estacionado em via pública, estava com os dois espelhos retrovisores quebrados e a lataria riscada. Carlos apurou que o dano fora causado por Roberto e Fábio, sócios de empresa recentemente autuada, e soube disso no mesmo dia. Dentro do prazo legal, Carlos ajuizou queixa-crime pelo crime de dano (art. 163 do CP) apenas contra Roberto, declarando expressamente na inicial acusatória que deixava deliberadamente de incluir Fábio por ser seu amigo de longa data.

Nessa situação, nos termos do CPP e do CP, é correto afirmar que

- a) Carlos agiu corretamente, pois a ação penal privada rege-se pelo princípio da divisibilidade, podendo o querelante escolher contra quais autores do crime deseja ajuizar a queixa.
- b) a omissão deliberada em relação a Fábio configura renúncia tácita ao direito de queixa, que a todos se estende, devendo ser declarada extinta a punibilidade de Roberto e de Fábio.
- c) o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra Fábio, em razão da omissão do querelante, prosseguindo a ação privada somente contra Roberto.
- d) a renúncia ao direito de queixa em relação a Fábio produz efeitos apenas quanto a ele, por ser ato personalíssimo, devendo a ação prosseguir normalmente contra Roberto.
- e) a omissão de Carlos não produz efeitos jurídicos, pois a renúncia ao direito de queixa somente se admite de forma expressa, mediante declaração assinada pelo ofendido ou por procurador com poderes especiais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL*Bruno Langoni*

56. A “Mindu Consultoria Tributária Ltda.” foi contratada por uma associação de lojistas do Centro de Manaus para examinar, à luz da Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal, 4 situações concretas apresentadas pelos associados. No parecer entregue em 5 de outubro de 2026, a consultoria registrou as seguintes conclusões:

- I. Lojista com isenção de taxa municipal concedida por prazo certo e sob condição conserva o benefício até o termo final, ainda que deixe de cumprir os requisitos.
- II. Lei específica, que trate apenas da remissão, perdendo créditos de taxas municipais de até R\$ 500,00 por sua diminuta importância, não encontra amparo na Lei Orgânica.
- III. Lojista promitente comprador de sala comercial pertencente a autarquia federal não deve o imposto predial, pois a imunidade recíproca alcança as autarquias.
- IV. Se o imposto territorial rural de 2025 sobre imóveis situados em Manaus somou R\$ 800.000,00 e o Município optou por cobrá-lo e fiscalizá-lo sem renúncia fiscal, pertence-lhe a totalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV

57. Em ação fiscal concluída em setembro de 2026, a Semef constatou que três tomadores localizados em Manaus contrataram, em agosto de 2026, serviços prestados no Município por pessoas jurídicas nele estabelecidas, sujeitas ao regime normal, e não retiveram nem recolheram o ISS devido. O imposto não retido, já atualizado, foi de R\$ 5.000,00 na empresa atacadista “Cupuaçu Comércio Ltda.”, de R\$ 3.000,00 no “Condomínio Residencial Jatobá” e de R\$ 2.000,00 no Tribunal de Contas do Estado, que pagou o prestador ainda em agosto. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) as multas por infração dos tomadores somam R\$ 6.000,00, pois o Tribunal de Contas, como responsável solidário, sujeita-se à multa de 60% do imposto não retido, tal como o condomínio.
- b) as multas por infração dos tomadores somam R\$ 4.800,00, e o imposto não retido pelo condomínio pode ser exigido dele ou do prestador, pois a solidariedade não comporta benefício de ordem.
- c) as multas por infração dos tomadores somam R\$ 3.000,00, pois o condomínio, por figurar no rol dos responsáveis solidários, está abrangido pela mesma ressalva que livra o Tribunal de Contas da multa.
- d) as multas por infração dos tomadores somam R\$ 3.000,00, e o Tribunal de Contas, por estar livre da multa, também não responde pelo imposto não retido, exigível apenas do prestador.
- e) as multas por infração dos tomadores somam R\$ 6.000,00, e o imposto não retido pela atacadista pode ser exigido também do prestador, que responde com o substituto sem benefício de ordem

58. A “Sumaúma Arrendamento e Serviços S.A.”, sediada em Manaus, faturou em agosto de 2026 R\$ 80.000,00 com arrendamento mercantil de máquinas a indústria estabelecida em Manacapuru, R\$ 50.000,00 com a administração de cartões de crédito de titulares domiciliados em Itacoatiara e R\$ 30.000,00 com a guarda de veículos de uma locadora manauara em pátio situado em Iranduba. A fiscalização examinou o município competente para cada serviço à luz da Lei nº 2.833/2021, do Regulamento do ISSQN e do entendimento do STF sobre a matéria. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) nada é devido a Manaus, porque o imposto do arrendamento e dos cartões cabe ao domicílio dos tomadores, e o imposto da guarda dos veículos cabe a Iranduba.
- b) Manaus é credora de R\$ 8.000,00, porque os três serviços faturados no mês se submetem à regra do estabelecimento prestador, à alíquota geral de 5%.
- c) Manaus é credora de R\$ 4.000,00 sobre o arrendamento, cabendo a Itacoatiara o imposto da administração dos cartões e a Iranduba o imposto da guarda dos veículos.
- d) Manaus é credora de R\$ 2.600,00 sobre o arrendamento e a administração dos cartões, à alíquota de 2%, cabendo a Iranduba o imposto da guarda dos veículos.
- e) Manaus é credora de R\$ 6.500,00 sobre o arrendamento e a administração dos cartões, cabendo a Iranduba o imposto incidente sobre a guarda dos veículos

59. A “Japiim Engenharia e Locações Ltda.”, estabelecida em Manaus, levou ao seu consultor tributário, em setembro de 2026, quatro operações realizadas em agosto de 2026 cuja sujeição ao ISS gerou dúvida no departamento fiscal. Após examinar cada operação à luz da Lei nº 2.833/2021 e do Regulamento do ISSQN, o consultor formulou as afirmativas abaixo.

- I. No contrato de R\$ 400.000,00 com a “Coroado Logística Ltda.”, que tem cláusulas, preços e notas fiscais distintos para a locação de geradores (R\$ 300.000,00) e para sua manutenção técnica especializada, o imposto incide somente sobre R\$ 100.000,00.
- II. Não incide o imposto sobre os R\$ 250.000,00 do projeto executivo elaborado em Manaus para ampliar galpão situado no Distrito Industrial de Manaus, pois o contratante tem sede em Bogotá e de lá efetuou o pagamento.
- III. Não se sujeitam ao imposto os serviços prestados à empresa pelo engenheiro que ela mantém sob relação de emprego, com salário de R\$ 18.000,00, nem os prestados pelos membros do conselho fiscal da própria sociedade.
- IV. No contrato de R\$ 500.000,00 em que o guindaste só é cedido com o operador da própria Japiim, que executa o içamento das cargas do cliente, o imposto incide apenas sobre os R\$ 120.000,00 destacados como remuneração do operador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) III e IV

60. Em agosto de 2026, Auditor Fiscal constatou que a “Construtora Monte das Oliveiras Ltda.” não emitiu notas fiscais da mão de obra que executa em edifício ainda em construção em Manaus. Pelo SINAPI, a mão de obra das etapas já realizadas soma R\$ 800.000,00, o CUB/AM de julho multiplicado pela área equivalente do imóvel alcança R\$ 2.400.000,00, o dono da obra comprovou ter adquirido R\$ 320.000,00 em materiais nela empregados, e a construtora já recolhera R\$ 10.000,00 de imposto sobre a obra. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) o imposto a lançar é de R\$ 110.000,00, apurado sobre o CUB/AM do mês anterior multiplicado pela área equivalente, à alíquota de 5%, descontado o valor já recolhido.
- b) o imposto a lançar é de R\$ 24.000,00, apurado sobre os valores do SINAPI das etapas realizadas, excluídos os materiais do dono da obra, à alíquota de 5%, sem desconto do valor recolhido.
- c) o imposto a lançar é de R\$ 30.000,00, apurado sobre os valores do SINAPI das etapas realizadas, à alíquota de 5%, descontado o valor já recolhido.
- d) o imposto a lançar é de R\$ 14.000,00, apurado sobre os valores do SINAPI das etapas realizadas, excluídos os materiais do dono da obra, à alíquota de 5%, descontado o valor já recolhido.
- e) o imposto a lançar é de R\$ 104.000,00, apurado sobre o CUB/AM do mês anterior multiplicado pela área equivalente, excluídos os materiais do dono da obra, à alíquota de 5%, sem desconto do valor recolhido

61. A “Sauim Produções Artísticas Ltda.”, sediada em Manacapuru, sem estabelecimento em Manaus e não optante do Simples Nacional, requereu a APE-e para show marcado para 14/11/2026 em casa de espetáculos de Manaus com capacidade para 5.000 pessoas. Informou, em lote único, 3.000 ingressos inteiros de pista a R\$ 80,00 e 1.000 de camarote a R\$ 200,00. O borderô apresentado após o evento registrou a venda integral dos ingressos e 320 entradas mediante cortesia. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) o ISSQN antecipado, apurado sobre 60% da capacidade máxima da casa de espetáculos, soma R\$ 16.500,00 e deve ser pago antes do deferimento da APE-e.
- b) o ISSQN antecipado soma R\$ 3.850,00 e pode ser recolhido até a data do show, depois do deferimento da APE-e, por se tratar de prestador não estabelecido em Manaus.
- c) o limite de cortesias, fixado em 5% da capacidade máxima da casa de espetáculos, admite 250 entradas gratuitas, e só as 70 excedentes terão o ISSQN lançado por auto de infração.
- d) o ISSQN antecipado, apurado com o preço médio de R\$ 140,00 entre pista e camarote, soma R\$ 4.900,00 e deve ser pago antes do deferimento da APE-e.
- e) o limite de cortesias admite 200 entradas gratuitas, e as 120 excedentes serão desconsideradas como cortesia, com o ISSQN apurado e lançado por meio de auto de infração

62. A “Atacadista Petrópolis Ltda.” tomou ciência, em 4 de maio de 2026, de Termo de Início de Ação Fiscal relativo ao ISS das competências de 2025. Em 22 de maio, com a fiscalização ainda em curso, recolheu com juros de mora R\$ 40.000,00 do imposto de agosto de 2025, que não havia declarado, e comunicou a omissão à Semef. A empresa tem débito de R\$ 1.500,00 inscrito em dívida ativa e crédito líquido e certo de R\$ 90.000,00 contra o Município, com vencimento em fevereiro de 2027. Considere as afirmativas abaixo, à luz do Código Tributário do Município de Manaus.

- I. Punida por infração prevista no Código, a empresa poderá ser submetida, além da multa, a regime especial de fiscalização, que não cessa com o simples recolhimento, mas quando ato administrativo reconhecer sua regularização.
- II. Embora a liquidação por compensação a juízo da autoridade administrativa exija crédito vencido, o Chefe do Poder Executivo pode compensar o débito inscrito com o crédito vincendo da empresa, sob as garantias que estipular.
- III. A denúncia da competência omitida, acompanhada do recolhimento do imposto e dos juros de mora, exclui a responsabilidade pela infração, pois a empresa a comunicou antes da lavratura de qualquer auto de infração.
- IV. Considerado antieconômico o ajuizamento, o Chefe do Poder Executivo poderá sustar a cobrança judicial do débito inscrito, providência que, à semelhança da remissão, extingue o crédito tributário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV

63. A “Imobiliária Redenção Ltda.”, proprietária de uma sala comercial em Manaus, optou por pagar o IPTU de 2026 em 10 parcelas mensais de R\$ 1.500,00 e quitou as 2 primeiras. Em 30/04/2026, vendeu a sala à União, que nela instalou uma repartição federal, por escritura pública registrada na mesma data. Em 22/07/2026, a alienante foi incorporada pela “Santo Agostinho Participações S.A.”, e surgiu dúvida sobre o vencimento das parcelas restantes e sobre quem responde por elas. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) as 8 parcelas restantes, no total de R\$ 12.000,00, sub-rogaram-se na União, adquirente do imóvel já lançado, que por elas responde nos vencimentos originais do calendário de 2026.
- b) a alienante responde apenas pela fração do imposto correspondente aos 4 meses em que foi proprietária, de R\$ 5.000,00, restando a pagar R\$ 2.000,00 após a dedução das 2 parcelas quitadas.
- c) as 8 parcelas restantes, no total de R\$ 12.000,00, mantêm os vencimentos originais do calendário de 2026, e por elas responde a incorporadora, à medida que vencerem.
- d) as 8 parcelas restantes, no total de R\$ 12.000,00, venceram antecipadamente com a alienação, e por elas responde a incorporadora, como sucessora da alienante.
- e) as 8 parcelas restantes, no total de R\$ 12.000,00, venceram antecipadamente com a alienação, mas a incorporadora não responde por elas, pois a lei limita a sucessão à fusão e à transformação

64. A “Lírio do Vale Empreendimentos Ltda.” é proprietária de terreno de 4.000 m², um quarto do qual se situa em município vizinho. A parte localizada em Manaus integra área definida como urbana pelo Plano Diretor e é servida por abastecimento de água e por rede de iluminação pública mantidos pelo Poder Público. Marta Siqueira, usufrutuária do imóvel, nele reside. O IPTU de 2026, de R\$ 4.500,00, venceu sem pagamento, e a Semef examina a área tributável e a posição de Marta quanto ao débito. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) o imposto incide sobre 3.000 m² do terreno, e Marta não responde pelo seu pagamento, pois o usufruto não a torna proprietária nem titular do domínio útil do imóvel.
- b) o imposto incide sobre 3.000 m² do terreno, e Marta responde solidariamente pelo seu pagamento, juntamente com a empresa proprietária, que segue como contribuinte.
- c) o imposto incide sobre os 4.000 m² do terreno, pois a maior parte dele se situa em Manaus, e Marta responde solidariamente pelo seu pagamento.
- d) o imposto incide sobre os 4.000 m² do terreno, pois o imóvel tem matrícula única, e Marta responde solidariamente, mas só depois de esgotada a cobrança contra a empresa proprietária.
- e) o imposto incide sobre os 4.000 m² do terreno, pois o imóvel é indivisível para fins do imposto, e Marta responde apenas subsidiariamente, se a empresa proprietária não pagar

65. O “Empório Glória Ltda.” é proprietário, em Manaus, de sobrado enquadrado no Cadastro Imobiliário Municipal como de uso misto, com loja no térreo, que ocupa a maior parte da área construída, e moradia no pavimento superior. Para o IPTU de 2026, o terreno, de meio de quadra, já corrigido pelos fatores, vale R\$ 24.000,00. A edificação, única unidade do lote, tem 250 m², metro quadrado de R\$ 1.000,00 e componentes que somam 80 pontos. Ela fica na parte frontal do lote, afastada 5 metros do logradouro, e tem uma das paredes construída sobre a divisa lateral. Assinale a alternativa correta.

- a) O valor venal do imóvel é de R\$ 224.000,00, a alíquota aplicável é de 0,9% e o IPTU lançado para 2026 é de R\$ 2.016,00.
- b) O valor venal do imóvel é de R\$ 168.000,00, a alíquota aplicável é de 1,2% e o IPTU lançado para 2026 é de R\$ 2.016,00.
- c) O valor venal do imóvel é de R\$ 204.000,00, a alíquota aplicável é de 0,9% e o IPTU lançado para 2026 é de R\$ 1.836,00.
- d) O valor venal do imóvel é de R\$ 224.000,00, a alíquota aplicável é de 1,2% e o IPTU lançado para 2026 é de R\$ 2.688,00.
- e) O valor venal do imóvel é de R\$ 168.000,00, a alíquota aplicável é de 0,9% e o IPTU lançado para 2026 é de R\$ 1.512,00

66. A “Ecoturismo Puraquequara Ltda.” tem dois imóveis em Manaus. No primeiro, um terreno, 40% da área foi decretada Reserva Particular do Patrimônio Natural pelo Poder Público Municipal em 10 de março de 2026, e a isenção foi requerida à SEMEF em 20 de abril de 2026. No segundo, casarão do Centro reconhecido pelo órgão municipal competente como de interesse histórico, a restauração das fachadas e da cobertura terminou em 15 de junho de 2025, e o requerimento de isenção, regularmente instruído, foi protocolado em 5 de fevereiro de 2026. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) o IPTU de 2026 incide por inteiro sobre os dois imóveis, e, a contar de 2027, o terreno recolhe o imposto só sobre a área fora da reserva, e o casarão fica isento até 2036.
- b) o IPTU de 2026 incide por inteiro sobre os dois imóveis, e, a contar de 2027, o terreno recolhe o imposto só sobre a área fora da reserva, e o casarão fica isento somente até 2029.
- c) o pedido relativo ao terreno é intempestivo, pois a isenção da reserva deve ser requerida em até 30 dias contados da decretação, e o casarão fica isento do IPTU de 2027 a 2036.
- d) a isenção do terreno, restrita à área da reserva, já alcança o IPTU de 2026, porque o pedido foi formulado no prazo, e o casarão fica isento do imposto de 2027 a 2036.
- e) a partir de 2027, o terreno fica isento sobre a sua área total, porque a reserva integra a unidade cadastrada, e o casarão fica isento do imposto de 2027 a 2036

67. Em 2026, a “Comercial Santo Antônio Ltda.” praticou 4 operações com imóveis situados em Manaus. Transferiu a Ana, proprietária de um terreno, por R\$ 150.000,00, os direitos sobre o galpão que nele havia construído. Entregou um depósito à “Atacadista São Jorge Ltda.” para quitar dívida de R\$ 900.000,00. Deu sua sede em hipoteca a um banco, em garantia de empréstimo de R\$ 2.000.000,00. Por fim, instituiu em favor de Carlos, mediante pagamento de R\$ 80.000,00, usufruto sobre uma sala comercial pelo prazo de 10 anos. Considerando a Lei nº 459/1998, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na transferência dos direitos sobre o galpão, o imposto incide, ainda que a adquirente seja a proprietária do solo, e a contribuinte é Ana, na condição de adquirente.
- II. Na entrega do depósito para quitar a dívida, o imposto incide, e a contribuinte é a própria empresa, como transmitente, respondendo a atacadista solidariamente pelo pagamento.
- III. Na hipoteca da sede, o imposto incide sobre o valor do empréstimo garantido, porque a constituição do direito real sobre o imóvel é onerosa e sujeita a registro.
- IV. Na instituição do usufruto da sala, o imposto incide, e o contribuinte é Carlos, que adquire, a título oneroso, direito real sobre o imóvel.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV

68. Em 30/07/2026, a SEMEF concluiu a avaliação do apartamento que Marina Teles adquiria da “Lago Azul Empreendimentos Ltda.” em Manaus, acolheu o valor de R\$ 600.000,00 por ela declarado e lhe entregou o Termo de Avaliação. A planta de valores imobiliários aponta R\$ 450.000,00. A escritura foi lavrada em cartório de notas de Manaus em 04/08/2026, o imposto será recolhido em 18/08/2026 e o registro está previsto para 26/08/2026. Marina pretende abater da base de cálculo a dívida de R\$ 200.000,00 garantida por hipoteca sobre o imóvel. Considerando a legislação do Município de Manaus, assinale a alternativa correta.

- a) O ITBI devido é de R\$ 7.600,00, e, se discordar da avaliação, Marina poderá requerer reavaliação, tecnicamente fundamentada, em 30 dias contados da lavratura da escritura de compra e venda.
- b) O ITBI devido é de R\$ 11.400,00, e, se discordar da avaliação, Marina poderá requerer reavaliação, tecnicamente fundamentada, em 30 dias contados da lavratura da escritura de compra e venda.
- c) O ITBI devido é de R\$ 7.600,00, e, se discordar da avaliação, Marina poderá requerer reavaliação, tecnicamente fundamentada, em 30 dias contados do recebimento do Termo de Avaliação.
- d) O ITBI devido é de R\$ 10.800,00, e, se discordar da avaliação, Marina poderá requerer reavaliação, tecnicamente fundamentada, em 30 dias contados do registro imobiliário da escritura.
- e) O ITBI devido é de R\$ 11.400,00, e, se discordar da avaliação, Marina poderá requerer reavaliação, tecnicamente fundamentada, em 30 dias contados do recebimento do Termo de Avaliação

69. O “Mercantil Tancredo Neves Ltda.” é licenciado para duas atividades, dos tipos 2 e 3, e utiliza loja de 420 m² e depósito de 380 m² no mesmo imóvel, situado fora do eixo de atividades e de corredor urbano. Pela tabela da Lei nº 2.383/2018, o tipo 3 tem Unidade de Valor de 5,25 UFM entre 300,01 e 500 m² e de 10,00 UFM entre 500,01 e 1.000 m². A empresa aderiu ao carnê digital do aplicativo oficial. Adote UFM de R\$ 150,00 para a TVF de 2026.

Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) a taxa é de 12 UFM, pela incidência do coeficiente de localização de 1,20, e a cota única paga pelo aplicativo até 5 de fevereiro de 2026 corresponde a R\$ 1.620,00.
- b) a taxa é de 10 UFM, e, se parcelada em 4 vezes pelo carnê digital do aplicativo, cada parcela, já com o desconto aplicável, corresponde a R\$ 367,50.
- c) a taxa é de 5,25 UFM, por se computar apenas a área da loja, e a cota única paga pelo aplicativo até 5 de fevereiro de 2026 corresponde a R\$ 708,75.
- d) a taxa é de 10 UFM, e a cota única paga até 5 de fevereiro de 2026 por Documento de Arrecadação Municipal, fora do aplicativo, corresponde a R\$ 1.350,00.
- e) a taxa é de 10 UFM, e, se parcelada em 8 vezes pelo carnê digital do aplicativo, cada parcela, já com o desconto aplicável, corresponde a R\$ 183,75

70. A “Distribuidora Educandos Ltda.” mantinha 3 lojas inscritas em Manaus e, em 2023, pagou as multas lançadas nas 3 lojas por não atender a recadastramento previsto na Lei nº 2.383/2018. Em maio de 2026, deixou de atender a novo recadastramento, determinado por decreto do Prefeito, e em agosto foi baixada na Junta Comercial. Em setembro, a fiscalização apurou a infração. Os sócios alegam que o Regulamento atribui à Administração Tributária a determinação do recadastramento e que a baixa os exonera das multas apuradas depois dela. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) os sócios respondem pela multa de 60 UFM, sem dobra, pois a reincidência exige que a infração anterior tenha sido objeto de decisão condenatória irreversível.
- b) os sócios respondem pela multa de 40 UFM, pois a penalidade pelo não atendimento ao recadastramento, já dobrada, é aplicada por pessoa, independentemente do número de lojas.
- c) os sócios nada devem, porque o Regulamento atribui à Administração Tributária a determinação do recadastramento, e o decreto regulamentar prevalece sobre a lei nessa matéria.
- d) os sócios respondem pela multa de 120 UFM, correspondente ao dobro de 20 UFM por loja, ainda que a infração tenha sido apurada após a baixa.
- e) os sócios não respondem pela multa, porque a responsabilidade pelas obrigações da pessoa jurídica extinta alcança apenas as apuradas antes do ato de baixa no órgão de registro

71. O escritório “Contábil Aleixo Ltda.” assessora o condomínio edilício “Residencial Chapada”, o interino de um tabelionato de notas, um Microempreendedor Individual e a “Raiz Serviços Ltda.”, contribuinte do ISSQN credenciada no DT-e, que por ele transmite documentos digitalizados. Em 2 de março de 2026, a Semef expediu pelo DT-e aviso geral sobre prazo de declaração. Em 10 de março, a “Raiz” recolheu, com juros, R\$ 16.000,00 de ISSQN de 2 competências que não havia declarado, comunicando a infração ao fisco. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) o condomínio edilício está obrigado ao credenciamento, e o Microempreendedor Individual também se obriga, por se enquadrar como empresário individual nos termos do Código Civil.
- b) o interino do tabelionato está obrigado ao credenciamento, e o aviso geral expedido pela Semef não afastou a espontaneidade da denúncia feita pela “Raiz” com o recolhimento.
- c) o Microempreendedor Individual tem o credenciamento facultado, e o interino do tabelionato está dispensado, pois a obrigação alcança somente o titular da delegação.
- d) o condomínio edilício está obrigado ao credenciamento, mas o aviso geral expedido pela Semef por meio do DT-e afastou a espontaneidade da denúncia feita pela “Raiz”.
- e) os documentos digitalizados transmitidos pela “Raiz” têm a mesma força probante dos originais, que ela deverá preservar pelo prazo prescricional de 5 anos, contado da constituição definitiva do crédito

72. A “Madeira Compensa Ltda.”, habilitada no Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) com adesão confirmada, foi autuada em R\$ 48.000,00 por falta de recolhimento de ISS. A Semef enviou a intimação ao DT-e na quarta-feira, 08/07/2026, e o sócio-gerente consultou o teor da comunicação no domingo, 12/07/2026. A sociedade alega que a intimação é nula, porque a Semef deveria ter tentado antes a intimação pessoal no estabelecimento. Não há feriados no período, e o órgão tem expediente normal em todos os dias úteis. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) a intimação é nula, porque a forma pessoal precede a eletrônica, cabendo à Semef renová-la no estabelecimento e reabrir o prazo de 30 dias para a impugnação.
- b) a intimação considera-se feita no domingo, 12/07/2026, dia da consulta eletrônica, e o prazo de 30 dias para a impugnação vence na terça-feira, 11/08/2026.
- c) a intimação considera-se feita na segunda-feira, 13/07/2026, e o prazo para a impugnação, de 20 dias úteis, vence na segunda-feira, 10/08/2026.
- d) a Semef poderia ter intimado a sociedade diretamente por edital publicado uma única vez no Diário Oficial do Município, pois não há ordem de preferência entre as formas de intimação.
- e) a intimação é válida e considera-se feita na segunda-feira, 13/07/2026, de modo que o prazo de 30 dias para a impugnação vence na quarta-feira, 12/08/2026

73. A “Consultoria Aparecida Ltda.” recebeu auto de infração de ISSQN que exige R\$ 90.000,00 de imposto e R\$ 54.000,00 de multa e, no prazo legal, impugnou apenas a multa. Em março de 2026, na diligência determinada pela autoridade julgadora, o auditor juntou aos autos planilha com receitas que a empresa ocultara durante a ação fiscal, relativas aos mesmos períodos autuados, que elevam o imposto devido em R\$ 30.000,00. A empresa avalia agora pedir o parcelamento da multa, juntar novos documentos e formular consulta à Semef sobre a tributação daquelas receitas.

Considerando a Lei nº 3.008/2023, analise as afirmativas abaixo.

- I. O pedido de parcelamento da multa só importará reconhecimento da dívida e porá fim ao litígio tributário depois de deferido pela autoridade fazendária competente.
- II. As receitas apuradas na diligência ensejam lançamento complementar no mesmo processo, com 30 dias para impugnar apenas a matéria modificada e julgamento em acórdão único.
- III. Os documentos destinados a contrapor a planilha juntada pelo auditor podem ser apresentados depois da impugnação, mediante petição fundamentada dirigida à autoridade julgadora.
- IV. A consulta sobre a tributação das receitas apuradas impedirá a lavratura de auto de infração quanto a elas até o 10.º dia subsequente à ciência da resposta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e III

74. Em 14/09/2026, a Primeira Câmara Julgadora do CARF-M pautou o recurso voluntário da “Transportadora Rio Preto Ltda.” contra auto de infração de R\$ 360.000,00, no qual a empresa alega somente a inconstitucionalidade da lei municipal aplicada. O conselheiro Otávio cumprira, como auditor, diligência determinada durante a instrução desse processo. A conselheira Beatriz foi empregada, até 31/03/2026, do escritório de advocacia que representa a empresa no processo. O conselheiro Renan, também auditor, lavrara em 2025 outro auto de infração contra a mesma empresa. Considerando a legislação do Município de Manaus, é correto afirmar que

- a) apenas Otávio está impedido e deve ser substituído por suplente, e nenhum órgão do CARF-M pode pronunciar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal invocada pela empresa.
- b) Otávio e Beatriz estão impedidos e devem ser substituídos por suplentes, pois o vínculo de emprego com o mandatário do sujeito passivo gera impedimento ainda que já encerrado.
- c) os três conselheiros estão impedidos e devem ser substituídos por suplentes, pois a lei alcança o vínculo já encerrado e a atuação fiscal anterior contra o mesmo sujeito passivo.
- d) apenas Renan está impedido e deve ser substituído por suplente, pois a diligência não equivale à fiscalização direta, e a constitucionalidade da lei pode ser examinada pelo Tribunal Pleno.
- e) apenas Beatriz está impedida e deve ser substituída por suplente, pois o vínculo com o mandatário do sujeito passivo gera impedimento pelos dois anos seguintes ao desligamento

75. O “Hospital Cidade Nova Ltda.”, substituto tributário, não reteve o ISSQN de dois serviços e foi autuado com multa de 60% sobre imposto de R\$ 10.000,00 da lavanderia e de R\$ 20.000,00 da manutenção. Cientificado pelo Domicílio Tributário Eletrônico em 3 de agosto de 2026, quitou a parcela da lavanderia em 20 de agosto e, depois, impugnou tempestivamente a outra. A primeira instância, com ciência em 21 de setembro, cancelou R\$ 8.000,00 do imposto impugnado, declarando recurso de ofício, e manteve o restante, que será pago integralmente até 30 de setembro. Desconsidere atualização e juros. Assinale a alternativa correta.

- a) O hospital desembolsará R\$ 33.760,00 nos dois pagamentos, pois a quitação de apenas uma das parcelas do auto não admite redução da multa, e a parte cancelada seguirá ao CARF-M por recurso de ofício.
- b) O hospital desembolsará R\$ 28.600,00 nos dois pagamentos, pois a redução de 50% da multa alcança também a parte mantida, e a parte cancelada tornou-se definitiva já na primeira instância.
- c) O hospital desembolsará R\$ 32.560,00 nos dois pagamentos, pois a impugnação limita a 20% a redução da multa de ambas as parcelas, e o pagamento da parte mantida encerra o litígio sobre ela.
- d) O hospital desembolsará R\$ 30.760,00 nos dois pagamentos, com reduções de 50% e de 20% da multa, e a parte cancelada não se torna definitiva antes do reexame em segunda instância.
- e) O hospital desembolsará R\$ 32.200,00 nos dois pagamentos, pois a parte mantida só teria redução se paga antes da decisão, e o litígio sobre ela persiste até o julgamento do recurso de ofício

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

76. A Cia. Rio Negro adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Rio Negro, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

77. A Cia. Manauara está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2024, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2025, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e# obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

O impacto no resultado de 2025 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- a) 200.000,00 negativo.
- b) 720.000,00 negativo.
- c) 40.000,00 positivo.
- d) 320.000,00 negativo.
- e) 580.000,00 negativo.

78. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

79. A Cia. Novo Aleixo adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis: R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis: R\$ 100.000,00

A Cia. Novo Aleixo revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Novo Aleixo, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

Em 31/12/2023, a Cia. Manaus adquiriu 80% das ações da Cia. Belém pelo Valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. Belém era R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. Belém reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 500.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 200.000,00 (saldo devedor).

Com base nas informações, responda às questões 80 e 81.

80. O valor do ágio pago pela Cia. Manaus na aquisição do investimento na Cia. Anápolis foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

81. O valor reconhecido pela Cia Manaus no grupo Investimentos, na data de aquisição foi, em reais,

- a) 16.000.000,00.
- b) 20.000.000,00.
- c) 25.000.000,00.
- d) 28.000.000,00.
- e) 30.000.000,00.

82. Em 01/01/2023 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00 com as seguintes características:

– Prazo total: 5 anos

– Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano

– Pagamento do principal e juros: 01/01/2028

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

O saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2023, foi, em reais,

- a) 19.400.000,00
- b) 21.340.000,00.
- c) 23.640.000,00.
- d) 25.600.000,00.
- e) 28.000.000,00.

83. A empresa Xingu S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Xingu S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Xingu S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Xingu S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

ECONOMIA*Amanda Aires*

84. Em determinado mercado competitivo, as funções de demanda e de oferta são dadas, respectivamente, por $Q_d = 120 - 2P$ e $Q_s = -30 + 3P$. O governo institui um tributo específico de R\$ 10,00 por unidade, recolhido pelos vendedores. Com base nessas informações, é correto afirmar:

- a) O preço pago pelos consumidores após o tributo passa a ser R\$ 40,00, pois o tributo é integralmente repassado ao preço.
- b) A arrecadação do governo com o tributo será de R\$ 600,00.
- c) Os consumidores arcam com 60% do tributo, o que é coerente com o fato de a demanda ser menos elástica que a oferta no equilíbrio inicial.
- d) A perda de peso morto gerada pelo tributo é de R\$ 120,00.
- e) No equilíbrio inicial, a demanda é elástica, com elasticidade-preço, em módulo, igual a 1,5.

85. A respeito das estruturas de mercado, é correto afirmar:

- a) Em concorrência perfeita, a curva de demanda com que se depara a firma individual é negativamente inclinada, refletindo a lei da demanda.
- b) Em concorrência monopolista, a diferenciação de produtos garante às firmas lucro econômico positivo no longo prazo.
- c) O monopolista fixa preço igual ao custo marginal, de modo que a ineficiência do monopólio é apenas distributiva, sem perda de peso morto.
- d) O monopolista maximizador de lucro, com custo marginal positivo, opera sempre no trecho elástico da curva de demanda.
- e) Em concorrência perfeita, no equilíbrio de longo prazo, a firma produz no ponto de mínimo do custo variável médio.

86. Considere as afirmações a seguir sobre a tributação como instrumento de política econômica.

- I. O ISS tem função predominantemente fiscal, enquanto o IPTU progressivo no tempo, aplicado ao solo urbano não edificado ou subutilizado, é exemplo de utilização extrafiscal do tributo.
- II. Um tributo é regressivo quando sua alíquota cresce à medida que aumenta a base de cálculo, onerando proporcionalmente mais os contribuintes de maior renda.
- III. A incidência cumulativa, ou “em cascata”, tende a estimular a verticalização das empresas, o que caracteriza violação ao princípio da neutralidade tributária.
- IV. A adoção da não cumulatividade torna o tributo necessariamente progressivo, uma vez que a carga passa a incidir apenas sobre o valor agregado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

87. Considere uma economia em que, de um ano para o outro, a oferta de moeda cresceu 10%, a velocidade-renda da moeda caiu 2% e o produto real cresceu 3%. De acordo com a Teoria Quantitativa da Moeda, expressa por $MV = PY$, é correto afirmar que, aproximadamente,

- a) a inflação foi de 15%, resultado da soma das variações das variáveis da equação de trocas.
- b) a inflação foi de 9%, pois a queda da velocidade amplia o efeito inflacionário da expansão monetária.
- c) a inflação foi de 7%, pois a velocidade da moeda é irrelevante para a determinação do nível de preços.
- d) a inflação foi de 5%, e o PIB nominal cresceu 3%.
- e) a inflação foi de 5%, e o PIB nominal cresceu cerca de 8%.

88. Sobre os indicadores de desempenho econômico e a medição da inflação, é correto afirmar:

- a) O PIB a preços de mercado corresponde ao PIB a custo de fatores acrescido da depreciação do estoque de capital.
- b) O deflator implícito do PIB abrange os bens e serviços finais produzidos internamente, inclusive bens de capital e exportações, ao passo que índices como o IPCA refletem uma cesta de consumo das famílias, de modo que a alta de preços de bens importados afeta diretamente o IPCA, mas não o deflator.
- c) No Brasil, o PNB tende a superar o PIB, uma vez que a renda líquida enviada ao exterior é historicamente positiva.
- d) As transferências governamentais de renda, como programas de assistência social, integram o PIB pela ótica da despesa, como consumo do governo.
- e) Índices de preços do tipo Laspeyres, por utilizarem ponderações do período-base, tendem a subestimar a variação do custo de vida.

89. Em uma economia fechada, o consumo agregado é dado por $C = 100 + 0,8Y_d$, em que Y_d é a renda disponível. O investimento é autônomo e igual a 150, os gastos do governo totalizam 200, e a tributação é proporcional à renda, com $T = 0,25Y$. Com base no modelo keynesiano simplificado, é correto afirmar:

- a) A renda de equilíbrio é 2.250, e o multiplicador dos gastos autônomos é igual a 5.
- b) A renda de equilíbrio é 1.125, e o governo apresenta déficit orçamentário de 81,25.
- c) Um aumento de 40 nos gastos do governo eleva a renda de equilíbrio em 100 e reduz o superávit orçamentário em 15.
- d) Um aumento de 40 nos gastos do governo eleva a renda de equilíbrio em 200.
- e) Um aumento da propensão marginal a poupar elevaria a renda de equilíbrio, pois ampliaria os recursos disponíveis para investimento.

90. Considere as afirmações abaixo.

- I. Na presença de externalidade negativa na produção, o mercado competitivo tende a produzir quantidade superior à socialmente ótima, e um tributo pigouviano igual ao custo marginal externo pode corrigir essa falha.
- II. Uma depreciação real da moeda doméstica tende, *ceteris paribus*, a estimular as exportações e encarecer as importações, podendo pressionar a inflação doméstica pelo repasse cambial (*pass-through*).
- III. Criptoativos como o bitcoin cumprem plenamente as três funções da moeda, destacando-se como reserva de valor em razão de sua baixa volatilidade de preços.
- IV. No modelo de crescimento de Solow, a elevação da taxa de poupança aumenta permanentemente a taxa de crescimento da renda per capita no estado estacionário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BANCO DE DADOS E LINGUAGEM SQL

Emannuelle Gouveia

91. Em um banco de dados utilizado por diferentes setores de uma organização, vários usuários executam operações simultâneas de consulta e atualização de registros. Para garantir a consistência dos dados durante essas operações, o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) deve:
- a) utilizar mecanismos de controle de concorrência para coordenar o acesso simultâneo aos dados, evitando conflitos que possam comprometer a consistência das informações.
 - b) impedir que diferentes usuários acessem a mesma tabela simultaneamente, mesmo quando as operações realizadas forem apenas de consulta.
 - c) executar todas as transações em sequência, sem permitir qualquer sobreposição entre suas operações, independentemente dos mecanismos de isolamento disponíveis.
 - d) permitir que alterações realizadas por transações ainda não confirmadas sejam utilizadas livremente por outras transações, garantindo maior desempenho sem comprometer a integridade dos dados.
 - e) manter os dados exclusivamente na memória principal durante as transações, dispensando mecanismos de recuperação e persistência das informações.

92. Em um banco de dados relacional, uma tabela denominada Funcionarios possui os campos Matricula, Nome, Cargo e Salario. Durante a atualização cadastral, verificou-se que dois funcionários possuem o mesmo cargo, mas apresentam valores diferentes nos demais campos. Considerando a organização dos dados em tabelas relacionais, essa situação demonstra que:

- a) cada campo de uma tabela deve armazenar valores exclusivos, impedindo a repetição de informações entre diferentes registros.
- b) os registros que apresentam valores iguais em determinado campo devem ser agrupados automaticamente em uma única linha, evitando redundâncias.
- c) uma tabela relacional deve possuir campos com valores de tipos diferentes em cada registro, permitindo identificar individualmente suas linhas.
- d) cada registro representa uma ocorrência da entidade armazenada na tabela, podendo compartilhar valores de determinados campos com outros registros, desde que sejam respeitadas as restrições de integridade estabelecidas.
- e) os campos de uma tabela correspondem às ocorrências individuais da entidade, enquanto os registros representam as características utilizadas para descrevê-las.

93. Durante uma transferência bancária, uma transação realiza duas operações: debita determinado valor de uma conta e credita o mesmo valor em outra. Após a execução do débito, ocorre uma falha que impede a conclusão do crédito. Considerando as propriedades ACID das transações em bancos de dados, o SGBD deve:

- a) manter o débito realizado e executar o crédito posteriormente, pois a propriedade de durabilidade garante a conclusão de operações interrompidas.
- b) permitir que outras transações utilizem o saldo parcialmente atualizado, pois a propriedade de isolamento assegura a visibilidade imediata das alterações.
- c) desfazer o débito realizado, restaurando o estado anterior da conta, pois a propriedade de

atomicidade estabelece que todas as operações de uma transação devem ser concluídas com sucesso ou nenhuma delas deve produzir efeitos definitivos.

- d) confirmar o débito independentemente da conclusão do crédito, pois a propriedade de consistência exige apenas que os valores armazenados respeitem os tipos de dados definidos.
- e) registrar o débito como uma operação definitiva e impedir novas transações até a recuperação do sistema, pois a propriedade de isolamento exige a execução sequencial de todas as operações.

94. Em um banco de dados relacional, a tabela Matricula registra a inscrição de alunos em disciplinas e possui os camposCodigoAluno, CodigoDisciplina, DataMatricula e Situacao. Cada aluno pode cursar várias disciplinas, e cada disciplina pode possuir diversos alunos matriculados. Considerando que um aluno não pode ter mais de uma matrícula na mesma disciplina, a identificação única dos registros dessa tabela pode ser realizada por meio de:

- a) uma chave estrangeira formada apenas pelo campo CodigoAluno, pois sua associação com a tabela de alunos garante a identificação exclusiva de cada matrícula.
- b) uma chave primária composta pelos campos CodigoAluno e CodigoDisciplina, pois a combinação desses valores identifica exclusivamente cada matrícula, embora cada campo isoladamente possa apresentar valores repetidos.
- c) uma chave primária formada pelo campo CodigoDisciplina, pois a identificação da disciplina é suficiente para distinguir os registros dos alunos matriculados.
- d) uma chave alternativa formada pelo campo Situacao, pois os valores desse atributo permitem identificar individualmente os registros de matrícula.
- e) duas chaves primárias independentes, uma formada por CodigoAluno e outra por CodigoDisciplina, permitindo que cada campo identifique separadamente os registros da tabela.

95. Em um banco de dados relacional, as tabelas Cliente e Pedido armazenam informações sobre clientes e suas compras. A tabela Cliente possui o campo `CodigoCliente` como chave primária, enquanto a tabela Pedido utiliza `CodigoPedido` como chave primária e `CodigoCliente` como chave estrangeira. Considerando essa estrutura, a função dessas chaves é:

- a) garantir que os valores de `CodigoCliente` sejam exclusivos nas duas tabelas, impedindo que um mesmo cliente realize mais de um pedido.
- b) identificar exclusivamente cada cliente e cada pedido por meio das respectivas chaves primárias, enquanto a chave estrangeira estabelece o relacionamento entre as tabelas.
- c) permitir que a chave estrangeira `CodigoCliente` identifique exclusivamente cada pedido, dispensando a utilização do campo `CodigoPedido` como chave primária.
- d) estabelecer que os valores de `CodigoPedido` sejam obrigatoriamente iguais aos valores de `CodigoCliente`, garantindo a integridade referencial entre as tabelas.
- e) impedir que a tabela Pedido armazene registros de diferentes clientes, pois a chave estrangeira restringe o relacionamento a um único registro da tabela Cliente.

96. Um administrador de banco de dados precisa realizar três operações: criar uma nova tabela para armazenar informações de fornecedores, atualizar os dados de fornecedores já cadastrados e conceder a determinado usuário permissão para consultar essa tabela. Considerando as sublinguagens SQL, essas operações pertencem, respectivamente, às categorias:

- a) DML, DDL e TCL, pois a criação de tabelas corresponde à manipulação de dados, enquanto a concessão de permissões é realizada por comandos de controle de transações.
- b) DCL, DML e DDL, pois a definição de estruturas, a atualização de registros e o gerenciamento de permissões são operações de controle de acesso, manipulação e definição de dados, respectivamente.

c) DDL, DCL e DML, pois a atualização de registros corresponde ao controle de permissões, enquanto a concessão de acesso é realizada por comandos de manipulação de dados.

d) TCL, DDL e DCL, pois a criação de tabelas depende de comandos de controle de transações, enquanto a atualização de registros corresponde à definição da estrutura do banco de dados.

e) DDL, DML e DCL, pois a criação de tabelas corresponde à definição de dados, a atualização de registros à manipulação de dados e a concessão de permissões ao controle de acesso.

97. Uma empresa possui uma tabela Vendas com os campos `CodigoVenda`, `CodigoVendedor`, `ValorVenda` e `DataVenda`. O setor comercial precisa elaborar um relatório que apresente o valor total das vendas realizadas por cada vendedor, considerando apenas as vendas com valor superior a R\$ 1.000,00. O resultado deverá ser apresentado em ordem decrescente do valor total vendido. Para atender a esses requisitos, a consulta SQL deve utilizar:

a) a cláusula WHERE para agrupar os registros por vendedor, GROUP BY para ordenar os valores totais e ORDER BY para filtrar as vendas superiores a R\$ 1.000,00.

b) a cláusula GROUP BY para selecionar apenas as vendas superiores a R\$ 1.000,00, WHERE para ordenar os vendedores e ORDER BY para calcular o valor total das vendas.

c) a cláusula WHERE para filtrar as vendas individuais superiores a R\$ 1.000,00, GROUP BY para agrupar os registros por vendedor e ORDER BY para ordenar os totais calculados em ordem decrescente.

d) a cláusula ORDER BY para organizar os registros por vendedor antes da soma, WHERE para calcular o valor total das vendas e GROUP BY para apresentar os resultados em ordem decrescente.

e) a cláusula WHERE para selecionar os vendedores com maior volume de vendas, ORDER BY para agrupar os registros por vendedor e GROUP BY para calcular automaticamente os totais sem utilizar funções de agregação.

98. Um banco de dados possui as tabelas Cliente e Pedido, relacionadas pelo campo `CodigoCliente`. A tabela Cliente armazena todos os clientes cadastrados, enquanto a tabela Pedido registra as compras realizadas. Para elaborar um relatório que apresente todos os clientes, inclusive aqueles que ainda não realizaram pedidos, juntamente com os dados de suas compras, quando existentes, deve-se utilizar:

- a) LEFT JOIN, considerando Cliente como a tabela à esquerda, pois essa operação preserva todos os seus registros, mesmo quando não existem correspondências na tabela Pedido.
- b) INNER JOIN, pois essa operação retorna todos os registros da tabela Cliente, independentemente da existência de pedidos associados.
- c) RIGHT JOIN, considerando Cliente como a tabela à esquerda, pois essa operação preserva todos os registros da primeira tabela, mesmo quando não existem correspondências.
- d) CROSS JOIN, pois essa operação relaciona apenas os clientes que possuem pedidos cadastrados, eliminando automaticamente os registros sem correspondência.
- e) FULL OUTER JOIN, pois essa operação retorna exclusivamente os clientes que não possuem pedidos, descartando aqueles que apresentam correspondências entre as tabelas.

99. Um banco de dados possui as tabelas Funcionario e Departamento, relacionadas pelo campo `CodigoDepartamento`. Durante a elaboração de um relatório, foi utilizada a seguinte consulta SQL:

```
SELECT F.Nome, D.NomeDepartamento
```

```
FROM Funcionario F
```

```
INNER JOIN Departamento D
```

```
ON F.CodigoDepartamento = D.CodigoDepartamento
```

```
WHERE D.NomeDepartamento = 'Financeiro';
```

Considerando o funcionamento da consulta, o resultado obtido corresponde:

- a) a todos os funcionários cadastrados, independentemente do departamento ao qual pertencem, apresentando NULL para aqueles que não possuem correspondência na tabela Departamento.
- b) a todos os departamentos cadastrados, incluindo aqueles que não possuem funcionários associados, desde que o nome do departamento seja Financeiro.
- c) aos funcionários que não possuem correspondência na tabela Departamento, pois o INNER JOIN identifica registros sem relacionamento entre as tabelas.
- d) aos funcionários associados ao departamento Financeiro, desde que exista correspondência entre os valores de `CodigoDepartamento` nas duas tabelas.
- e) aos funcionários de todos os departamentos, organizados pelo nome do departamento, pois a cláusula WHERE determina a ordenação dos resultados.

100. Uma tabela denominada Pagamento possui os campos `CodigoPagamento`, `CodigoFuncionario` e `ValorPagamento`. Para analisar os valores pagos aos funcionários, foi executada a seguinte consulta SQL:

```
SELECT COUNT(*) AS TotalPagamentos,  
COUNT(ValorPagamento) AS  
PagamentosInformados,  
AVG(ValorPagamento) AS MediaPagamentos  
FROM Pagamento;
```

Considerando que a tabela possui 120 registros, dos quais 20 apresentam valor NULL no campo `ValorPagamento`, o resultado da consulta será:

- a) TotalPagamentos igual a 100, PagamentosInformados igual a 100 e MediaPagamentos calculada sobre os 120 registros, considerando os valores NULL como zero.
- b) TotalPagamentos igual a 120, PagamentosInformados igual a 120 e MediaPagamentos calculada apenas sobre os registros que possuem valores superiores a zero.
- c) TotalPagamentos igual a 100, PagamentosInformados igual a 120 e MediaPagamentos calculada sobre os 100 registros que possuem valores informados.
- d) TotalPagamentos igual a 120, PagamentosInformados igual a 100 e MediaPagamentos calculada sobre os 120 registros, pois a função AVG substitui automaticamente os valores NULL por zero.
- e) TotalPagamentos igual a 120, PagamentosInformados igual a 100 e MediaPagamentos calculada apenas sobre os 100 registros que possuem valores não nulos em `ValorPagamento`.

GOVERNANÇA DE DADOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **LGPD**, julgue os itens subsequentes.

101. A Lei Nº 13.709, de 14 de Agosto De 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção a Dados Pessoais, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais sendo de interesse nacional. Sobre a LGPD, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se apenas à Administração Pública Federal direta e indireta.
- b) Aplica-se apenas ao tratamento de dados fornecidos em meios digitais.
- c) Aplica-se apenas a pessoas físicas identificáveis, quanto à proteção de seus dados pessoais.
- d) Aplica-se apenas a operações de tratamento realizadas em território nacional.
- e) Aplica-se apenas a órgãos públicos que lidam com o tratamento de dados relacionados à segurança pública.

102. Sobre as definições elencadas pela LGPD, é correto afirmar que:

- a) Bloqueio é suspensão definitiva de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados
- b) Eliminação é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, desde sejam empregados procedimentos de anonimização.
- c) Titular é a pessoa natural ou jurídica a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- d) Controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- e) Encarregado é a pessoa indicada pela ANPD para atuar como ponto de contato entre controlador e operador.

103. Sobre os Papéis e Responsabilidades da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), assinale a alternativa que corresponde às seguintes responsabilidades: I - Responsável pelo tratamento de dados , II - Responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados , III - Responsável por atuar como um ponto de comunicação entre os papéis definidos na Lei.

- a) Controlador, Operador, Encarregado
- b) Operador, Controlador, Encarregado
- c) Encarregado, Operador, Controlador
- d) Operador, Encarregado, Controlador
- e) Encarregado, Operador, Usuário

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

André Castro

104. Uma rede de clínicas define as finalidades e os critérios de utilização dos prontuários eletrônicos e contrata uma empresa para armazená-los e realizar cópias de segurança, vedando o uso dos registros para finalidades próprias da contratada. Antes do envio, os identificadores diretos dos pacientes são substituídos por códigos, mas a rede mantém, em ambiente separado, uma tabela que possibilita a reidentificação. Considerando a Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar:

- a) A empresa contratada torna-se controladora dos dados apenas porque executa as operações técnicas de armazenamento e backup.
- b) A substituição dos identificadores diretos por códigos descaracteriza, definitivamente, a natureza pessoal e sensível dos prontuários.
- c) A rede de clínicas é controladora, a empresa contratada atua como operadora nesse tratamento e a codificação descrita não equivale, por si só, à anonimização.
- d) A terceirização do armazenamento transfere integralmente à contratada as obrigações da rede de clínicas relativas à proteção dos dados.

e) O tratamento de dados de saúde exige consentimento em qualquer circunstância, ainda que incida hipótese legal específica que permita seu tratamento sem consentimento.

105. Uma loja virtual trata dados de consumidores para emitir documentos fiscais e cumprir obrigações legais. Separadamente, obtém consentimento válido para o envio de comunicações publicitárias. Determinado consumidor revoga o consentimento e solicita a eliminação integral de seus dados. Nessa situação, à luz da LGPD, a loja deverá:

- a) Considerar ilícitos, de forma retroativa, todos os tratamentos antes realizados com base no consentimento validamente concedido.
- b) Interromper a emissão e a conservação de documentos fiscais, uma vez que a revogação extingue qualquer base legal para o tratamento.
- c) Eliminar imediatamente todos os registros referentes ao consumidor, inclusive aqueles sujeitos a prazo legal de guarda.
- d) Cessar o tratamento publicitário que se apoiava exclusivamente no consentimento revogado, podendo conservar, nos limites necessários, dados cuja guarda seja exigida por obrigação legal ou regulatória.
- e) Continuar o envio de publicidade até o encerramento definitivo da relação comercial, pois o consentimento é irrevogável durante a vigência do contrato.

106. No plano de segurança de uma instituição, foram propostas três medidas:

- I. cifrar arquivos que contêm informações sigilosas;
- II. armazenar, ao lado de cada arquivo, seu hash, permitindo ao mesmo administrador alterar tanto o arquivo quanto o resumo;
- III. manter infraestrutura redundante para continuidade de um serviço essencial.

À luz da tríade CIA e das limitações dos mecanismos indicados, é correto afirmar:

- a) A medida I contribui para a confidencialidade; a medida II, isoladamente, não assegura a detecção de adulteração por quem pode substituir arquivo e hash; e a medida III favorece a disponibilidade.
- b) A medida I assegura necessariamente integridade e autenticidade, mesmo sem empregar mecanismos adicionais de autenticação.
- c) A medida II protege a confidencialidade do arquivo, pois o hash impede a leitura de seu conteúdo original.
- d) A medida III atua exclusivamente sobre a integridade dos dados e não interfere na disponibilidade dos serviços.
- e) As medidas I e II tornam desnecessários o gerenciamento de chaves, o controle de acesso e os procedimentos de recuperação de desastres.

107. Um órgão público pretende transmitir a outro órgão um documento sigiloso, assegurando tanto a confidencialidade do conteúdo quanto a verificação da autoria e da integridade. O remetente e o destinatário possuem pares de chaves assimétricas cujas chaves públicas estão autenticadas. Uma solução tecnicamente adequada consiste em:

- a) Cifrar a chave de sessão com a chave privada do destinatário e verificar a assinatura usando a chave privada do remetente.
- b) Cifrar o documento com a chave privada do remetente, pois essa operação, por si só, impede que terceiros o leiam.

c) Aplicar um hash ao documento e transmiti-lo em texto claro, pois o resumo criptográfico garante simultaneamente sigilo e autoria.

d) Cifrar o documento com a chave pública do remetente e verificar a assinatura com a chave privada do destinatário.

e) Cifrar o conteúdo com uma chave simétrica de sessão protegida pela chave pública do destinatário e assinar digitalmente o documento com a chave privada do remetente.

108. Um tribunal instituiu acesso a um sistema processual mediante senha e chave física de segurança. Após a autenticação, o sistema associa os usuários a papéis funcionais, como assessor, chefe de seção e auditor. Cada papel reúne permissões específicas. Sobre essa arquitetura e o princípio do menor privilégio, assinale a alternativa correta:

a) A atribuição de papéis substitui a autenticação, porque a autorização constitui prova suficiente da identidade do usuário.

b) A combinação de senha e chave física pode caracterizar autenticação multifator; o controle baseado em papéis organiza permissões, mas sua adequação ao menor privilégio depende do desenho desses papéis.

c) A exigência de uma senha e de uma pergunta secreta seria igualmente multifator, pois corresponde a duas informações independentes.

d) Todo sistema baseado em papéis cumpre automaticamente o menor privilégio, ainda que cada papel possua permissões administrativas excessivas.

e) O uso de papéis elimina a necessidade de revogar ou rever privilégios após mudança de função do servidor.

109. Para proteger um portal de serviços, uma organização emprega firewall com inspeção de estado, firewall de aplicações web (WAF) e política formal que determina bloqueio por padrão e exceções justificadas. A respeito da atuação combinada desses mecanismos, é correto afirmar:

- a) O firewall com inspeção de estado identifica necessariamente ataques de injeção SQL, mesmo sem inspeção específica das requisições HTTP.
- b) O WAF, por analisar aplicações web, dispensa controles de autenticação, atualização de software e validação de entradas na aplicação.
- c) O firewall com inspeção de estado acompanha conexões autorizadas; o WAF pode examinar requisições HTTP para mitigar ataques à aplicação; e as exceções da política devem ser geridas e revistas.
- d) A política de bloqueio por padrão permite todo tráfego que não esteja explicitamente listado como proibido.
- e) A aquisição de ambos os firewalls torna desnecessária uma política formal, pois a segurança passa a depender exclusivamente de regras técnicas.

110. Após suspeita de alteração não autorizada de registros, a equipe de segurança verificou que os logs de auditoria eram mantidos no próprio servidor afetado e que os administradores do sistema podiam apagá-los sem gerar evidências externas. Para aumentar a confiabilidade das futuras auditorias, a providência mais adequada é:

- a) Manter os logs apenas no servidor de origem, concedendo aos administradores permissão irrestrita de exclusão para facilitar a manutenção.
- b) Registrar exclusivamente eventos de erro, pois acessos bem-sucedidos não contribuem para a apuração de incidentes.
- c) Cifrar o canal de transmissão dos logs e dispensar outros controles, pois a criptografia de transporte impede alterações após o armazenamento.

d) Encaminhar logs relevantes a repositório com permissões segregadas, sincronizar os relógios, proteger os registros contra alteração e definir retenção e revisão compatíveis com os riscos.

e) Manter arquivo e hash de cada log no mesmo local, com permissão de alteração para o mesmo administrador, considerando isso prova suficiente de integridade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

111. A Emenda Constitucional nº 132/2023 inseriu o Art. 149-B na Constituição Federal, estabelecendo regras comuns ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). De acordo com esse dispositivo constitucional, é correto afirmar que

- a) IBS e CBS observarão regras comuns quanto à não cumulatividade e ao creditamento, permanecendo autônomas as normas sobre fatos geradores e bases de cálculo.
- b) IBS e CBS observarão as mesmas regras quanto a fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência, sujeitos passivos, imunidades, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, não cumulatividade e creditamento.
- c) a identidade de regras entre IBS e CBS alcança suas alíquotas, a destinação do produto arrecadado e os órgãos responsáveis pela fiscalização.
- d) as imunidades previstas no Art. 150, VI, da Constituição aplicam-se apenas ao IBS, enquanto a CBS permanece submetida exclusivamente à imunidade do Art. 195, § 7º.
- e) o dispositivo determina que IBS e CBS sejam instituídos, arrecadados e administrados pelo mesmo ente federativo.

112. A respeito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, disciplinado pelo Art. 156-B da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A União integrará, em posição paritária, a instância máxima de deliberação do Comitê Gestor e exercerá voto de desempate.
- b) A fiscalização, o lançamento e a representação judicial do IBS serão exercidos exclusivamente pelo Comitê Gestor, ficando afastada a atuação das administrações tributárias e procuradorias dos entes federativos.
- c) O controle externo do Comitê Gestor será exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.
- d) A presidência do Comitê Gestor caberá permanentemente ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal.
- e) Compete ao Comitê Gestor editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS.

113. Uma autarquia estadual utiliza imóvel próprio como sede de suas atividades institucionais. O Município em que situado o imóvel pretende exigir IPTU e taxa regularmente instituída pela prestação de serviço público específico e divisível. Considerando a imunidade tributária recíproca, é correto afirmar que

- a) a autarquia não é alcançada pela imunidade recíproca, que se restringe aos entes políticos.
- b) a imunidade afasta tanto o IPTU quanto a taxa, pois abrange todas as espécies tributárias.
- c) o imóvel vinculado às finalidades essenciais da autarquia é imune ao IPTU, mas a imunidade recíproca não impede, por si só, a cobrança da taxa.
- d) o imóvel permanecerá imune mesmo se relacionado à exploração de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- e) a imunidade constitui isenção concedida pelo Município e pode ser livremente revogada por lei municipal.

114. À luz do Código Tributário Nacional, considere as seguintes afirmações:

- I. Tributo é prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, que não constitui sanção de ato ilícito e é cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- II. A natureza jurídica específica do tributo é determinada por sua denominação legal e pela destinação do produto de sua arrecadação.
- III. Imposto é o tributo cujo fato gerador independe de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- IV. Segundo a classificação expressa do CTN, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) I, II, III e IV.

115. Em 2026, a sociedade empresária Alfa verificou que, em período anterior, deixara de declarar e recolher tributo devido. Antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada à infração, comunicou o fato à Administração Tributária e manifestou intenção de regularizá-lo. Considerando o Art. 138 do CTN, com a redação vigente, é correto afirmar que

- a) a denúncia espontânea afasta apenas a multa punitiva, permanecendo exigível a multa de mora.
- b) a responsabilidade será excluída, inclusive em relação à multa de mora, se a denúncia for acompanhada, quando cabível, do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante depender de apuração.
- c) a denúncia continuará espontânea mesmo depois de iniciado procedimento administrativo relacionado à infração, desde que apresentada antes da decisão definitiva.
- d) quando o montante do tributo for conhecido, a comunicação da infração, desacompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora, é suficiente para excluir a responsabilidade.
- e) a denúncia espontânea exclui a responsabilidade ainda que o contribuinte pague apenas o tributo, sem os juros de mora legalmente devidos.

116. Determinado contribuinte, sujeito a tributo lançado por homologação, declarou valor inferior ao efetivamente devido e efetuou o correspondente pagamento parcial do tributo, sem dolo, fraude ou simulação. Para constituir eventual diferença não declarada, o prazo decadencial de cinco anos será contado

- a) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, pois o pagamento parcial é juridicamente irrelevante.
- b) da ocorrência do fato gerador.
- c) da data em que a autoridade fiscal identificar a insuficiência do pagamento antecipado.
- d) da constituição definitiva do crédito tributário, juntamente com o prazo prescricional.
- e) da homologação expressa do pagamento parcial, pois antes dela não se inicia prazo decadencial.

117. À luz das regras de aplicação da legislação tributária previstas no Art. 106 do CTN, considere:

- I. A lei expressamente interpretativa aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Se o ato ainda não tiver sido definitivamente julgado, a lei posterior que deixe de defini-lo como infração aplica-se retroativamente.
- III. A lei posterior que deixe de tratar determinado ato como contrário a exigência de ação ou omissão retroage ainda que o ato tenha sido fraudulento ou tenha implicado falta de pagamento de tributo.
- IV. A lei posterior que comine penalidade menos severa aplica-se ao ato não definitivamente julgado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV.

118. Na cobrança de crédito tributário, foram localizados bens do sujeito passivo gravados por ônus real constituído antes da inscrição em dívida ativa, bens submetidos a cláusula voluntária de inalienabilidade, além de bem que a lei declara absolutamente impenhorável. De acordo com as garantias do crédito tributário previstas no CTN,

- a) somente os bens livres e desembaraçados respondem pelo crédito tributário.
- b) o ônus real constituído antes da inscrição em dívida ativa afasta o bem gravado da responsabilidade patrimonial tributária.
- c) a totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, excetuados os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- d) toda cláusula de impenhorabilidade, ainda que voluntária, prevalece contra o crédito tributário.
- e) as garantias enumeradas no CTN são taxativas, sendo vedada a previsão legal de outras garantias relacionadas à natureza do tributo.

119. Uma sociedade empresária possui, perante a mesma Fazenda Pública, crédito tributário ainda não vencido, outro com exigibilidade suspensa e um terceiro em cobrança executiva na qual já foi efetivada a penhora. Ao requerer certidão de regularidade fiscal, a sociedade

- a) tem direito a certidão positiva com efeitos de negativa, pois as três situações estão abrangidas pelo Art. 206 do CTN.
- b) tem direito a certidão negativa comum, pois os créditos descritos são considerados juridicamente inexistentes.
- c) não pode obter certidão com efeitos de negativa enquanto subsistir qualquer crédito tributário em seu nome.
- d) pode obter certidão com efeitos de negativa apenas quanto ao crédito não vencido, mas não em relação aos créditos com exigibilidade suspensa ou garantidos por penhora.

e) somente poderá exigir a expedição da certidão após trinta dias da entrada do requerimento na repartição.

120. A empresa Beta recolheu integralmente o tributo devido, mas deixou de transmitir declaração exigida pela legislação tributária no interesse da fiscalização. À luz das regras do CTN sobre obrigação tributária, é correto afirmar que

- a) a obrigação de transmitir a declaração somente poderia decorrer de lei em sentido estrito, e não da legislação tributária em sentido amplo.
- b) o pagamento integral do tributo extinguiu automaticamente a obrigação de transmitir a declaração.
- c) o descumprimento da obrigação acessória converte a prestação omitida em tributo devido.
- d) a obrigação de transmitir a declaração é acessória e seu descumprimento converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- e) a obrigação principal tem por objeto exclusivamente o pagamento de tributo, jamais o pagamento de penalidade pecuniária.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Fábio Dutra

121. À luz da legislação sobre sigilo das operações de instituições financeiras, analise os itens seguintes.

- I. Os bancos de qualquer espécie, as administradoras de cartões de crédito e as cooperativas de crédito estão submetidos ao dever legal de conservação do sigilo.
- II. As empresas de fomento comercial ou factoring não se submetem às regras de sigilo aplicáveis às instituições financeiras.
- III. A revelação de informações sigilosas, quando realizada com o consentimento expresso dos interessados, não constitui violação do dever de sigilo.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

122. Uma sociedade estabelecida no Município Alfa presta serviço de fornecimento de mão de obra temporária a uma indústria situada no Município Beta. Os trabalhadores desenvolvem suas atividades exclusivamente no estabelecimento da indústria tomadora, no Município Beta.

De acordo com a disciplina do ISS, o imposto será devido:

- a) ao Município Alfa, por ser o local do estabelecimento prestador.
- b) ao Município Beta, por ser o local do estabelecimento tomador da mão de obra.
- c) metade ao Município Alfa e metade ao Município Beta.
- d) ao município de domicílio da maioria dos trabalhadores fornecidos.
- e) ao município em que tiver sido assinado o contrato de prestação do serviço.

123. Sobre a dívida ativa e sua cobrança judicial, nos termos da Lei 6.830/1980, assinale a alternativa correta.

- a) A execução fiscal alcança exclusivamente créditos de natureza tributária.
- b) O Código de Processo Civil rege primariamente a execução fiscal, sendo a legislação especial aplicada apenas de forma subsidiária.
- c) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção inafastável de certeza e liquidez.
- d) A petição inicial da execução fiscal deve ser instruída com a Certidão da Dívida Ativa, podendo constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

e) A certidão de dívida ativa não pode ser emendada ou substituída depois do ajuizamento da execução.

124. Sobre o enquadramento empresarial e os limites do Simples Nacional, julgue as afirmativas como verdadeiras ou falsas.

- I. Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- II. Considera-se empresa de pequeno porte aquela que aufera receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- III. Para fins de recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite anual é necessariamente o mesmo limite máximo geral de enquadramento como empresa de pequeno porte.

A sequência correta é:

- a) V – F – F.
- b) F – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – V – F.
- e) V – V – V.

125. Acerca da garantia e da penhora na execução fiscal, examine os itens seguintes.

- I. O executado pode garantir a execução mediante fiança bancária ou seguro-garantia.
- II. Somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e pelos juros de mora.
- III. Na ordem legal de preferência da penhora, os veículos antecedem os imóveis.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

126. Uma empresa optante pelo Simples Nacional foi comunicada de sua exclusão por possuir débito exigível perante a Fazenda Pública. Após a ciência da comunicação, a empresa quitou integralmente o débito e comprovou a regularização dentro do prazo de noventa dias.

Nessa situação:

- a) a exclusão é definitiva, pois a existência do débito produz efeitos imediatos e irreversíveis.
- b) a empresa somente poderia permanecer no regime se regularizasse o débito em trinta dias.
- c) a empresa poderá permanecer no Simples Nacional, pois regularizou a situação no prazo legal de até noventa dias.
- d) a permanência no regime dependerá necessariamente de depósito judicial integral.
- e) a regularização somente produzirá efeitos no ano-calendário seguinte.

127. Sobre a incidência do ISS, julgue as afirmativas como verdadeiras ou falsas.

- I. O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior.
- II. Considera-se exportação, para fins de não incidência, todo serviço cujo pagamento seja realizado por residente no exterior, ainda que o serviço seja desenvolvido no Brasil e aqui se verifique seu resultado.
- III. O contribuinte do ISS é o prestador do serviço.

A sequência correta é:

- a) V – V – V.
- b) F – V – V.
- c) F – V – F.
- d) V – F – V.
- e) V – F – F.

128. Nas operações contínuas ou fracionadas submetidas ao IBS e à CBS, considera-se ocorrido o fato gerador:

- a) exclusivamente no encerramento integral da prestação.
- b) apenas quando houver a entrega definitiva do bem ou a conclusão material do serviço.
- c) invariavelmente na data de emissão do documento fiscal.
- d) somente quando ocorrer o efetivo pagamento da obrigação.
- e) no primeiro momento entre aquele em que se tornar exigível a parcela da contraprestação e aquele em que ocorrer seu pagamento.

129. Sobre a composição e as eleições do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, julgue as afirmativas como verdadeiras ou falsas.

- I. O Conselho Superior é composto por vinte e sete membros representantes de cada estado e do Distrito Federal e por vinte e sete membros representantes do conjunto dos municípios e do Distrito Federal.
- II. Entre os representantes municipais, quatorze são escolhidos com base no voto de cada município com valor igual, enquanto treze são escolhidos com votos ponderados pela população.
- III. O Distrito Federal participa, na condição de município, das eleições destinadas à escolha dos representantes municipais.

A sequência correta é:

- a) V – F – F.
- b) F – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – V – V.
- e) V – V – F.

130. Em leilão judicial, Carlos arrematou imóvel localizado no Município Gama. Depois da arrematação, constatou-se a existência de créditos anteriores relativos ao IPTU, a uma taxa pela prestação de serviço referente ao imóvel e a uma contribuição de melhoria. À luz do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os créditos se transferem pessoalmente ao arrematante, porque as obrigações tributárias imobiliárias possuem natureza propter rem.
- b) Apenas o crédito de IPTU se sub-roga no preço da arrematação, permanecendo a taxa e a contribuição de melhoria sob responsabilidade do arrematante.
- c) Os créditos relativos ao IPTU, à taxa referente ao imóvel e à contribuição de melhoria sub-rogam-se no preço da arrematação.
- d) A arrematação extingue automaticamente os créditos tributários anteriores, independentemente do valor obtido no leilão, não havendo direcionamento do valor ao pagamento dos débitos em questão.
- e) O Município poderá escolher entre cobrar integralmente do arrematante e promover a sub-rogação no preço da arrematação.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

131. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia, novas evidências levaram o auditor a elevar a avaliação dos riscos de distorção relevante de determinada afirmação. O nível de risco de auditoria considerado aceitável permaneceu inalterado.

Nessas circunstâncias, de acordo com a NBC TA 200, o auditor deve

- a) elevar o risco de detecção aceitável, de modo a compensar o aumento dos riscos de distorção relevante.
- b) reduzir diretamente o risco inerente mediante a ampliação dos procedimentos substantivos.

- c) manter o risco de detecção aceitável, desde que a materialidade permaneça inalterada.
- d) reduzir o risco de detecção aceitável, adequando a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- e) substituir a avaliação do risco de controle pelos resultados dos testes de detalhes, pois ambos representam componentes do risco de detecção.

132. No planejamento de uma auditoria, foram estabelecidas materialidade para as demonstrações contábeis como um todo de R\$ 1.500.000 e para execução da auditoria de R\$ 1.000.000. Durante o trabalho, novas informações justificaram a redução da primeira para R\$ 900.000.

À luz da NBC TA 320, o auditor deve

- a) reduzir a materialidade para execução para R\$ 600.000, obrigatoriamente, preservando a proporção inicialmente utilizada.
- b) determinar se é necessário revisar a materialidade para execução e se a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais continuam apropriadas.
- c) manter a materialidade para execução inicialmente definida, pois sua revisão comprometeria a comparabilidade dos testes já realizados.
- d) utilizar a nova materialidade exclusivamente para avaliar as distorções identificadas após a alteração.
- e) repetir integralmente todos os procedimentos executados, independentemente de sua natureza e dos resultados obtidos.

133. Após a data do relatório do auditor, a equipe iniciou a montagem do arquivo final de auditoria. Foram propostas as seguintes atividades:

- I. Excluir versões superadas de documentos, preservando a documentação que fundamenta as conclusões.
- II. Classificar os papéis de trabalho e estabelecer referências cruzadas.
- III. Executar procedimento substantivo que não havia sido realizado, mas era necessário para fundamentar a opinião já emitida, tratando-o como simples organização do arquivo.
- IV. Documentar evidência que havia sido obtida, discutida e acordada com os membros relevantes da equipe antes da data do relatório.

Constituem atividades compatíveis com a natureza administrativa da montagem do arquivo final, nos termos da NBC TA 230, as indicadas em

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

134. Ao planejar a auditoria de uma entidade, o auditor concluiu que a presunção de risco de fraude no reconhecimento de receitas não era aplicável às circunstâncias do trabalho e documentou as razões dessa conclusão. Em seguida, propôs dispensar os procedimentos voltados ao risco de a administração burlar controles, pois não havia identificado indícios de manipulação.

De acordo com a NBC TA 240, essa proposta é

- a) inadequada, pois a conclusão relativa ao reconhecimento de receitas não afasta os procedimentos exigidos para responder ao risco de a administração burlar controles.
- b) adequada, pois a documentação da inaplicabilidade da presunção relativa às receitas permite afastar os demais riscos de fraude.

c) inadequada, pois a presunção de risco de fraude no reconhecimento de receitas não admite afastamento em nenhuma circunstância.

d) adequada, desde que a administração reconheça formalmente sua responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes.

e) adequada, quando os controles relevantes tenham sido considerados efetivos em auditorias anteriores.

135. O auditor identificou risco significativo de distorção relevante relacionado a determinada afirmação sobre uma classe de transações. Para responder a esse risco, decidiu adotar abordagem constituída exclusivamente por procedimentos substantivos.

Segundo a NBC TA 330, nessa situação,

- a) procedimentos analíticos substantivos são suficientes, desde que aplicados à totalidade das transações.
- b) a abordagem é vedada, pois todo risco significativo exige testes de controles.
- c) os procedimentos substantivos devem incluir testes de detalhes e responder especificamente ao risco identificado.
- d) testes de detalhes somente serão necessários se os procedimentos analíticos identificarem diferenças superiores à materialidade global.
- e) a resposta pode limitar-se a indagações à administração, desde que corroboradas por representações formais.

136. Em testes de detalhes por amostragem, o auditor identificou uma distorção decorrente de falha em um processamento realizado durante a implantação de um sistema. A administração afirmou que a ocorrência foi isolada e não afetou os demais registros. O auditor cogitou classificá-la como anomalia.

De acordo com a NBC TA 530, o auditor deve

- a) aceitar a classificação, desde que o valor da distorção seja inferior à distorção tolerável.
- b) obter alto grau de certeza de que a distorção não representa a população, mediante procedimentos adicionais que forneçam evidência apropriada e suficiente.
- c) substituir o item por outro da mesma população e desconsiderar a distorção inicialmente encontrada.
- d) classificar a ocorrência como risco não resultante da amostragem, pois sua origem foi uma falha de processamento.
- e) dispensar a investigação da causa se a administração corrigir o registro selecionado.

137. De acordo com a NBC TA 530,

- a) o risco de amostragem acontece quando o auditor deixa de executar procedimentos substantivos.
- b) o risco de amostragem ocorre exclusivamente em função do uso inadequado de testes substantivos.
- c) o risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor com base na amostra seja diferente daquela que seria alcançada caso toda a população fosse testada
- d) o tamanho da amostra deve ser determinado necessariamente por aplicação de fórmula estatística.
- e) o auditor deve determinar o tamanho da amostra de maneira a eliminar o risco de amostragem.

138. Ao final da auditoria, a administração recusou-se a fornecer as representações formais sobre o cumprimento de sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis e sobre o fornecimento das informações e do acesso acordados, incluindo o registro e a apresentação de todas as transações. Alegou que os documentos disponibilizados durante o trabalho tornavam essas declarações desnecessárias.

De acordo com a NBC TA 580, a recusa em fornecer essas representações fundamentais exige que o auditor

- a) emita opinião sem modificação, se tiver obtido evidência documental sobre os principais saldos.
- b) inclua parágrafo de ênfase descrevendo a recusa, preservando a opinião sem modificação.
- c) emita opinião adversa, pois a recusa comprova a existência de distorção relevante e generalizada.
- d) substitua as representações por declaração de sua própria equipe, mantendo a opinião originalmente planejada.
- e) abstenha-se de expressar opinião sobre as demonstrações contábeis.

139. O auditor obteve evidência apropriada e suficiente de que uma divulgação exigida pela estrutura de relatório financeiro aplicável havia sido omitida. Embora a omissão estivesse concentrada em uma nota explicativa, o auditor concluiu que a informação era fundamental para a compreensão das demonstrações contábeis pelos usuários e que a distorção era relevante. A administração recusou-se a corrigir a omissão.

Nos termos da NBC TA 705, o auditor deve emitir

- a) opinião com ressalva, pois efeitos restritos a uma única nota explicativa não podem ser generalizados.
- b) abstenção de opinião, pois a ausência da divulgação caracteriza necessariamente impossibilidade de obter evidência.
- c) opinião adversa, pois uma distorção em divulgação pode ter efeitos generalizados quando a informação omitida é fundamental para a compreensão das demonstrações contábeis.
- d) opinião sem modificação com parágrafo de ênfase, pois a omissão pode ser suprida pela descrição do assunto no relatório.
- e) opinião com ressalva, pois somente distorções que alteram valores reconhecidos admitem opinião adversa.

140. Uma equipe de auditoria examinou um programa de distribuição de medicamentos e não identificou descumprimento das regras de contratação. Entretanto, constatou que a localização dos centros de distribuição provocava deslocamentos desnecessários e perdas de produtos. O gestor sustentou que, demonstrada a regularidade das contratações, qualquer recomendação sobre a organização da distribuição representaria interferência indevida na gestão.

À luz das finalidades da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.

- a) A manifestação do gestor procede, pois a avaliação da organização administrativa pressupõe a identificação de ilegalidade nos atos examinados.

- b) A equipe pode avaliar a distribuição dos medicamentos, desde que assuma a responsabilidade pela escolha do novo modelo logístico.

- c) A regularidade das contratações não afasta o exame do desempenho, e a equipe pode recomendar aperfeiçoamentos sem assumir as atribuições do gestor.

- d) A análise das perdas deve integrar exclusivamente uma auditoria financeira, pois envolve bens suscetíveis de mensuração monetária.

- e) A recomendação somente será admissível se demonstrado que o gestor agiu com intenção de causar prejuízo.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Marcondes Fortaleza

141. Em 31/12/2026, a empresa É LENHA apresentava passivo de R\$ 46.000 e patrimônio líquido de R\$ 138.000.

Na data, o endividamento geral da empresa era de:

- a) 25,00%.
- b) 37,50%.
- c) 40,00%.
- d) 60,00%.
- e) 62,50%.

142. Assinale a opção que indica uma conta que poderá ser levada em consideração no cálculo da liquidez imediata de uma entidade:

- a) Investimentos avaliados pela equivalência patrimonial.
- b) Adiantamento a fornecedor.
- c) Passivo fiscal diferido.
- d) Porcentagem da participação de cada sócio no capital social.
- e) Aplicações financeiras de liquidez imediata.

143. Em 31/12/2026, a Cia MAVIFOR apresentava os seguintes saldos em seu ativo circulante:

- Disponibilidades: R\$ 72.000;
- Estoques: R\$ 96.000;
- Clientes (90 dias): R\$ 120.000.

O passivo circulante era metade do ativo circulante.

Assinale a opção que indica a liquidez corrente da Cia em 31/12/2026:

- a) 0,50.
- b) 1,30.
- c) 1,40.
- d) 1,50.
- e) 2,00.

144. A Cia ILUSTRES apresentava os seguintes saldos em sua demonstração do resultado: Receita de vendas: R\$ 62.500; Lucro Bruto: R\$ 37.500; Lucro Líquido: R\$ 12.500.

Assinale a opção que indica a margem bruta da Cia ILUSTRES.

- a) 20%.
- b) 25%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 70%.

145. Em 31/12/2026, uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Contas a pagar (30 dias): R\$ 6.400;
- Disponibilidades: R\$ 8.000;
- Contas a receber (420 dias): R\$ 11.200;
- Fornecedores (90 dias): R\$ 12.800;
- Clientes (180 dias): R\$ 14.400;
- Patrimônio Líquido: R\$ 17.600;
- Empréstimos (720 dias): R\$ 20.800;
- Móveis e utensílios: R\$ 24.000.

Assinale a opção que indica a liquidez seca da sociedade empresária em 31/12/2026.

- a) 0,42.
- b) 0,56.
- c) 0,84.
- d) 1,17.
- e) 1,75.

146. Um analista calculou a composição do endividamento de uma entidade. Assinale a opção que indica uma possível conclusão que pode ser percebida a partir do cálculo desse indicador.

- a) O ativo da empresa é essencialmente financiado por capital próprio.
- b) A maior parte do ativo imobilizado da empresa é financiado por seu patrimônio líquido.
- c) A empresa precisa renegociar os prazos de suas obrigações.
- d) Qual é a participação das fontes onerosas de capital no financiamento dos investimentos societários da empresa.
- e) O montante que a empresa pode dispor de recursos circulantes e de longo prazo para honrar todos os seus compromissos com terceiros.

147. Por meio da análise vertical do balanço patrimonial, uma sociedade empresária do setor varejista percebeu que, em 31/12/2025, o seu ativo circulante representava 35% de seu ativo total.

Em 31/12/2026, representava 55%.

Assinale a opção que indica um fato que pode ter acontecido em 2026.

- a) Reconhecimento de despesa de salários.
- b) Integralização de capital com direitos de curto prazo.
- c) Reconhecimento de provisão para contingências.
- d) Emissão de ações para credores da dívida de longo prazo.
- e) Dividendos adicionais propostos.

148. Analise as afirmações a seguir:

- I. A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.
- II. Um problema que afeta a análise horizontal é a inflação.
- III. A análise horizontal é importante para avaliar a estrutura de composição de itens em uma demonstração.
- IV. A análise horizontal se limita à comparação das partes com o todo.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) I e II
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV

149. A empresa MAVIFOR apresentou os seguintes valores referentes aos grupos do Balanço Patrimonial considerando os dois últimos exercícios; observe:

Ativo	2025	2026	Passivo	2025	2026
Ativo Circulante	75.300	120.000	Passivo Circulante	27.400	28.300
Ativo Imobilizado	204.700	210.000	Passivo Não Circulante	42.600	51.700
			Patrimônio Líquido	210.000	250.000
Total do Ativo	280.000	330.000	Total do Passivo	280.000	330.000

De acordo com as informações, a imobilização de recursos não correntes da empresa em 2026 é:

- a) 69%
- b) 84%
- c) 406%
- d) 12%
- e) 28%

150. A empresa MAVIFOR apresentou os seguintes valores em sua contabilidade:

- Total do Ativo Circulante – R\$ 19.000,00
- Capital Circulante Líquido Positivo – R\$ 6.000,00
- Valor do Patrimônio Líquido – R\$ 8.000,00
- Passivo Não Circulante – R\$ 9.000,00
- Lucro Líquido – R\$ 3.000,00

A rentabilidade do ativo é:

- a) 05%
- b) 08%
- c) 10%
- d) 15%
- e) 20%

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
(ZONA FRANCA DE MANAUS)***Rodrigo Bet*

151. Uma indústria estabelecida em Manaus consultou seu contador sobre o regime tributário clássico da Zona Franca de Manaus, disciplinado pelo Decreto-Lei nº 288/1967, com as alterações posteriores.

De acordo com o Decreto-Lei nº 288/1967, é correto afirmar que

- a) a exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus é equiparada, para todos os efeitos fiscais, a uma exportação brasileira para o estrangeiro.
- b) a isenção do Imposto de Importação alcança armas, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.
- c) o coeficiente de redução do Imposto de Importação é obtido exclusivamente pela fórmula que compara insumos nacionais e estrangeiros.
- d) os produtos industrializados na Zona Franca, ao saírem para o território nacional, sujeitam-se ao Imposto de Importação integral sobre os insumos estrangeiros.
- e) a Zona Franca de Manaus é administrada pelo Estado do Amazonas, cabendo à Suframa apenas o registro das empresas instaladas.

152. Uma empresa pretende instalar-se na Zona Franca de Manaus para fruir dos benefícios de IBS e CBS previstos na Lei Complementar nº 214/2025 e consulta seu contador sobre as condições de acesso ao regime favorecido.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 214/2025, é correto afirmar que

- a) os benefícios de IBS e CBS da Zona Franca de Manaus aplicam-se até 31 de dezembro de 2050.
- b) o regime favorecido contempla todos os bens, inclusive bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.
- c) a habilitação da indústria incentivada pressupõe projeto técnico-econômico aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa.
- d) a habilitação é concedida pelo Estado do Amazonas, ouvida a Suframa.
- e) considera-se indústria incentivada qualquer pessoa jurídica estabelecida na área, ainda que exclusivamente comercial.

153. Duas empresas habilitadas na Zona Franca de Manaus importam bens materiais: uma indústria incentivada, que utilizará os bens em seu processo produtivo, e uma empresa comercial, que os revenderá presencialmente em Manaus.

Com base na Lei Complementar nº 214/2025, é correto afirmar que

- a) a indústria incentivada importa com suspensão de IBS e CBS, convertida em isenção quando os bens forem consumidos ou incorporados em seu processo produtivo.
- b) a empresa comercial importa com suspensão de IBS e CBS, convertida em isenção após a revenda dos bens.
- c) a empresa comercial tem crédito presumido de IBS e CBS de 50% do valor da importação.
- d) o crédito presumido na importação para revenda presencial é privativo do contribuinte sujeito ao regime regular do IBS.
- e) a suspensão converte-se em isenção após 24 meses de permanência do bem no ativo imobilizado.

154. Uma indústria de Minas Gerais vende bens materiais industrializados a uma empresa comercial habilitada e sujeita ao regime regular do IBS, estabelecida na Zona Franca de Manaus, com ingresso dos bens na área incentivada devidamente comprovado.

Considerando as regras dos arts. 445 a 447 da Lei Complementar nº 214/2025, já em plena produção de efeitos, é correto afirmar que

- a) a operação é isenta de IBS e CBS, com manutenção dos créditos pelo fornecedor.
- b) o fornecedor mineiro recolhe o IBS correspondente a 70% da alíquota, em favor do Estado do Amazonas.
- c) o adquirente paga ao Amazonas o IBS de 70% da alíquota, com direito a crédito, e apropria crédito presumido de 7,5% do valor da operação.
- d) o crédito presumido do adquirente é de 13,5%, por se tratar de fornecedor do Sudeste.
- e) o IBS na entrada da Zona Franca não é exigido, por ser o adquirente habilitado.

155. Uma indústria do Espírito Santo remete bens materiais industrializados, com alíquota zero de IBS e CBS, a comerciante habilitado na Zona Franca de Manaus, sujeito ao regime regular.

Nos termos do art. 447 da Lei Complementar nº 214/2025, o crédito presumido de IBS do adquirente corresponde, sobre o valor da operação, a

- a) 2%.
- b) 6%.
- c) 7,5%.
- d) 13,5%.
- e) 50%.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO (LTC) - EC 132/23 E LC 214/25

Eduardo da Rocha

156. A Câmara Municipal de Manaus examina proposta de lei para fixar a alíquota municipal do IBS. Considerando as regras permanentes sobre esse imposto introduzidas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota municipal deve coincidir com a alíquota de referência fixada pelo Senado Federal, sendo vedada sua fixação por lei do próprio Município.
- b) O Município pode estabelecer alíquotas distintas para serviços e para bens, desde que as duas constem da mesma lei específica.
- c) A alíquota aplicável à operação resulta da soma da alíquota do Estado de origem com a do Município de destino.
- d) O Município pode fixar sua alíquota por lei específica; em regra, ela será a mesma para as diferentes operações e integrará, com a alíquota do Estado de destino, a alíquota cobrada.
- e) Apenas os Estados fixam alíquotas próprias de IBS, cabendo aos Municípios participar da repartição da receita estadual.

157. Considerando as regras permanentes da Constituição Federal introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, no que se refere à parcela da arrecadação do IBS distribuída aos Estados e pertencente aos Municípios, considere as afirmativas abaixo:

- I. Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do IBS distribuída aos Estados.
- II. Da parcela municipal do IBS distribuída aos Estados, 80% são creditados na proporção da população.
- III. Da parcela municipal do IBS distribuída aos Estados, 10% são creditados com base em indicadores de preservação ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

158. Uma empresa estabelecida em Recife administra remotamente um prédio comercial situado em Manaus, cujo proprietário reside em Boa Vista. Em contrato independente, a mesma empresa organiza um congresso que será realizado em Belém. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, para fins do IBS e da CBS, os locais das duas operações são, respectivamente:

- a) Recife e Recife.
- b) Boa Vista e Belém.
- c) Manaus e Recife.
- d) Belém e Boa Vista.
- e) Manaus e Belém.

159. Uma plataforma digital intermedeia eletronicamente a contratação de serviço tributável no Brasil, prestado por fornecedor domiciliado no exterior a adquirente situado em Manaus. A plataforma controla o pagamento da operação. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, quanto à responsabilidade pelo IBS e pela CBS dessa operação, assinale a alternativa correta:

- a) A plataforma responde pelos tributos, afastada qualquer solidariedade com o adquirente ou destinatário.
- b) Apenas o fornecedor estrangeiro responde pelos tributos, pois a plataforma não presta diretamente o serviço contratado.
- c) A plataforma responde solidariamente com o adquirente ou destinatário e em substituição ao fornecedor estrangeiro, ainda que a própria plataforma seja domiciliada no exterior.
- d) A plataforma responde solidariamente com o fornecedor estrangeiro, permanecendo este como único sujeito em relação ao adquirente.
- e) A responsabilidade da plataforma depende de opção por substituição tributária feita com a anuência do fornecedor estrangeiro.

160. Uma empresa de fora da Zona Franca de Manaus fornece lotes de componentes eletrônicos industrializados de origem nacional a dois contribuintes nela estabelecidos: uma loja, que os revenderá, e uma indústria incentivada, que os utilizará em seu processo produtivo na Zona Franca. Ambos os adquirentes estão habilitados e sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS. Considere comprovado o ingresso dos bens no destino e que eles não se enquadram nas exclusões do regime favorecido. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) As duas operações de fornecimento têm alíquotas de IBS e CBS reduzidas a zero; na entrada dos bens no Amazonas, incide IBS em relação à loja, à alíquota correspondente a 70% da aplicável sem aquela redução, mas não em relação à indústria incentivada.
 - b) Apenas o fornecimento destinado à indústria incentivada recebe a redução a zero das alíquotas; a loja recolhe IBS e CBS integralmente na operação de origem.
 - c) As duas operações têm alíquotas reduzidas a zero no fornecimento, mas a entrada no Amazonas é tributada pelo IBS à alíquota correspondente a 70% da normal para ambos os destinatários.
 - d) As duas operações têm alíquotas reduzidas a zero no fornecimento e, na entrada dos bens destinados à loja, exige-se apenas CBS à alíquota correspondente a 70% da normal.
 - e) Apenas a CBS é reduzida a zero nas duas operações de fornecimento; o IBS permanece devido integralmente na origem e na entrada do Amazonas.
-

PEÇA PRÁTICA

A Tarumã Climatizadores Ltda. fabrica condicionadores de ar e ventiladores de teto em Manaus, com inscrição específica em cadastro da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), projeto técnico-econômico aprovado pelo seu Conselho de Administração (CAS) e sujeição ao regime regular do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Em março de 2029, importou da China componentes para os aparelhos sem recolher IBS e CBS e transferiu à filial de Camaçari (BA) linha de montagem importada do mesmo modo em março de 2027, ainda sem depreciação integral. Comprou compressores de Caxias do Sul (RS) por R\$ 400.000,00, embalagens de Vitória (ES) por R\$ 100.000,00 e placas de circuito de outra indústria local com projeto aprovado pelo CAS por R\$ 200.000,00, entregues no Distrito Industrial.

Vendeu condicionadores a distribuidores de Recife por R\$ 600.000,00 e ventiladores a distribuidores de Goiânia por R\$ 300.000,00. Na tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vigente em 31 de dezembro de 2023, os ventiladores, industrializados em Manaus em 2024, tinham alíquota de 5%, enquanto os condicionadores estavam sujeitos a 10%. No conjunto dessas saídas para o território nacional, a empresa apurou débitos de IBS de R\$ 90.000,00 e créditos ordinários de R\$ 30.000,00. Exportou aparelhos à Colômbia e revendeu em Belém aparelhos comprados prontos de terceiros.

Em consulta, pretende compensar o crédito presumido de CBS com o IBS devido, receber o saldo em dinheiro ou mantê-lo em conta gráfica sem prazo; o distribuidor de Recife, sujeito ao regime regular, pergunta se o seu crédito será reduzido na proporção do benefício da vendedora; e a consulente indaga se o Amazonas pode cobrar dela, em 2029, contribuição de contrapartida.

Com base na situação hipotética, redija uma INFORMAÇÃO FISCAL que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- Indique o fundamento constitucional do regime, o seu prazo e o alcance do diferencial competitivo após a Emenda Constitucional nº 132/2023, bem como a condição da consulente perante o regime;
- Examine o tratamento dos componentes importados e as consequências da transferência da linha de montagem para a filial da Bahia;
- Analise as aquisições de bens vindos de fora da área e a compra feita de indústria estabelecida em Manaus, com os percentuais aplicáveis;
- Determine as bases e os valores dos créditos presumidos nas saídas do período, o tratamento do IPI dos ventiladores e o efeito da operação sobre o adquirente;
- Aprecie as pretensões da consulente quanto ao uso dos créditos presumidos, o tratamento da revenda em Belém e a cobrança cogitada pelo Estado do Amazonas.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO DISCURSIVA 1

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, unificou a recepção, a validação, o armazenamento e a autenticação dos livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas. Com a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e os documentos fiscais em meio digital, entre eles a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), o fisco passou a dispor de base de dados que viabiliza o cruzamento eletrônico entre documentos e escrituração.

A recepção do arquivo digital, no entanto, não implica reconhecimento da veracidade nem da legitimidade das informações prestadas pelo contribuinte. O exame desses dados, por sua vez, vale-se do instrumental das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis à auditoria, que condicionam a seleção dos procedimentos ao julgamento profissional sobre a relevância dos valores e à avaliação da possibilidade de as informações conterem distorção, intencional ou não.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Explique o conceito de risco de auditoria e caracterize os seus componentes, indicando qual deles é controlado pelo auditor.
- b) Compare a materialidade determinada para as demonstrações contábeis como um todo com aquela determinada para a execução da auditoria, esclarecendo a finalidade desta última.
- c) Discorra sobre o fator que separa a fraude do erro, identifique a quem incumbe a responsabilidade principal pela prevenção e detecção da fraude e avalie por que a distorção decorrente de fraude é de detecção mais difícil, ainda que os arquivos digitais transmitidos ao fisco sejam formalmente consistentes.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 2

O Código Tributário Nacional atribui privativamente à autoridade administrativa a constituição do crédito tributário e reparte entre o fisco e o sujeito passivo as tarefas de apuração, de modo que a exigência pode ser formalizada por caminhos distintos, conforme determinar a lei de cada ente federativo.

Esse desenho repercute na contagem dos prazos extintivos. O mesmo código fixa o termo inicial da decadência e enumera as causas de interrupção da prescrição; o Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, já fixou balizas sobre a contagem segundo o comportamento do sujeito passivo, matéria sensível à cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza pelos municípios.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Explique a quem compete o lançamento tributário, qual é a sua natureza jurídica e qual o critério que diferencia as três modalidades previstas no Código Tributário Nacional;
- b) Diferencie as regras de contagem do prazo decadencial aplicáveis aos tributos sujeitos a lançamento por homologação, conforme o comportamento do sujeito passivo quanto à declaração e ao pagamento;
- c) Analise o termo inicial do prazo prescricional e o efeito das causas de interrupção previstas no Código Tributário Nacional.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 3

As administrações tributárias municipais acumulam extensos acervos de dados pessoais obtidos de declarações de contribuintes, cadastros imobiliários e documentos fiscais eletrônicos. O aproveitamento desse acervo na fiscalização e na arrecadação pressupõe estruturas formais de autoridade e de controle sobre os ativos informacionais, além de padrões de qualidade e de proteção.

O cenário aproxima duas frentes de estudo: a governança de dados, que distribui responsabilidades sobre esses ativos ao longo de todo o seu ciclo de vida, e a Lei nº 13.709/2018, que condiciona o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público ao atendimento da finalidade pública.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Distinga governança de dados de gestão de dados e explique as atribuições do dono do dado, administrador de dados de negócio, e do custodiante do dado, seu curador técnico.
- b) Discorra sobre os requisitos e os limites que a Lei nº 13.709/2018 impõe ao tratamento e ao uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público.
- c) Avalie, quanto ao acervo descrito, de que modo a classificação dos dados pelo critério da confidencialidade e a gestão do ciclo de vida concorrem para a observância dos princípios de tratamento previstos na referida lei, e indique o destino das declarações cujo prazo de guarda já se tenha esgotado.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
